ESTADO DE SANTA CATARINA

1^a Sessão Legislativa

PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LX

FLORIANÓPOLIS, 18 DE MAIO DE 2011

NÚMERO 6.285

17^a Legislatura 1^a Sessão Legislativa MESA

Gelson Merisio PRESIDENTE

Moacir Sopelsa

1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima

1º SECRETÁRIO

Reno Caramori

2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar

3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima

4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO

Elizeu Mattos

PARTIDOS POLÍTICOS

(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA

Líder: Silvio Dreveck

PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Líder: Manoel Mota

DEMOCRATAS

Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES

Líder: Dirceu Dresch

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA

Líder: Dado Cherem

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO

Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNSTA DO BRASIL

Líder: Ângela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA

Líder: Altair Guidi

PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon – Presidente Dado Cherem - Vice-Presidente Sargento Amauri Soares Joares Ponticelli José Nei Alberton Ascari Dirceu Dresch Volnei Morastoni Mauricio Eskudlark Elizeu Mattos

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin Angela Albino Jean Kuhlmann Manoel Mota Mauro de Nadal Pe. Pedro Baldissera Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQÜICULTURA

Aldo Schneider

Pe. Pedro Baldissera - Presidente Adilor Guglielmi Altair Guidi José Milton Scheffer Darci de Matos Manoel Mota

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Aldo Schneider - Presidente
José Milton Scheffer - VicePresidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente Angela Albino Altair Guidi Silvio Dreveck Jorge Teixeira Manoel Mota Maurício Eskudlark

José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel - Presidente Darci de Matos - Vice-Presidente Marcos Vieira Sargento Amauri Soares Silvio Dreveck Manoel Mota Luciane Carminatti Neodi Saretta Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Marcos Vieira - Presidente Maurício Eskudlark Sargento Amauri Soares Kennedy Nunes Jean Kuhlmann Dirce Heiderscheidt Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA , MINAS E

José Milton Scheffer - Presidente Angela Albino Jorge Teixeira Carlos Chiodini Edison Andrino de Oliveira Dirceu Dresch Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Gilmar Knaesel Altair Guidi Valmir Comin Jorge Teixeira Edison Andrino de Oliveira Dirce Heiderscheidt Neodi Saretta

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente Luciane Carminatti - Vice-Presidente Pe. Pedro Baldissera Narcizo Parisotto Joares Ponticelli Elizeu Mattos Carlos Chiodini Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMILIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente Dirce Heiderscheidt Maurício Eskudlark Angela Albino Kennedy Nunes Ismael dos Santos Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente Luciane Carminatti - Vice-Presidente Sargento Amauri Soares Joares Ponticelli Ismael dos Santos Mauro de Nadal Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUI

Adilor Guglielmi - Presidente Narcizo Parisotto Kennedy Nunes Jorge Teixeira Elizeu Mattos Edison Andrino de Oliveira Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente Silvio Dreveck José Nei Alberton Ascari Manoel Mota Romildo Titon Pe. Pedro Baldissera Maurício Eskudlark

COMISSÃO DE SAÚDE

Dado Cherem Sargento Amauri Soares Valmir Comin Jorge Teixeira Carlos Chiodini Mauro de Nadal Volnei Morastoni

COMISSÃO DE DEFESA CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente Manoel Mota Aldo Schneider Dirceu Dresch Angela Albino José Nei Alberton Ascari Dado Cherem

DIRETORIA LEGISLATIVA

Coordenadoria de Publicação:

Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição.

Coordenador: Roberto Katumi Oda

Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário:

Responsável pela composição e revisão das atas das sessões oridnárias, especiais, solenes e extraordinárias.

Coordenadora: Lenita Wendhausen

Cavallazi

DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES

Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos:

Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

EXPEDIENTE



Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500

Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA ANO XX - NÚMERO 2285

EDIÇÃO DE HOJE: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 6 EXEMPLARES

ÍNDICE

Plenário

Ata da 041ª Sessão Ordinária realizada em 17/05/2011...... 2

Publicações Diversas

 Aviso de Licitação
 16

 Aviso de Resultado
 16

 Extratos
 16

 Ofícios
 17

 Portarias
 20

 Projetos de Lei
 22

 Projeto de Lei Complementar

PLENÁRIO

ATA DA 041ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA REALIZADA EM 17 DE MAIO DE 2011 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Ana Paula Lima - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Sargento Amauri Soares - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

Breves Comunicações

DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Contesta posicionamento do deputado Dirceu Dresch; reporta-se ao percentual investido em saúde pelo governo federal.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Expõe seu descontentamento a respeito de várias questões.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Pede mudanças no Pró-Emprego.

DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Manifesta-se a favor de posições tomadas pelos governos estadual e federal; reporta-se aos direitos dos atingidos pelas barragens.

Partidos Políticos

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Reportase à 14ª Marcha dos Prefeitos a Brasília.

DEPUTADO VALMIR COMIN (aparte) - Defende novo pacto federativo.

 DEPUTADO
 MARCOS
 VIEIRA
 (aparte)

 Solidariza-se
 com o deputado
 José Milton

 Scheffer.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Critica posicionamento da escritora Heloísa Ramos quanto aos livros de português para as escolas públicas.

DEPUTADO JAILSON LIMA - Aborda a questão das aposentadorias; defende o governo federal. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Tece considerações a respeito do voto em lista.

DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS (aparte) - Solidariza-se com o deputado Nilson Gonçalves. **DEPUTADO ALDO SCHNEIDER** - Manifesta-se favorável à distribuição de verbas públicas na área da comunicação; parabeniza o secretário da Comunicação, Derly Massaud de Anunciação.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK (pela ordem) - Registra a presença da vereadora Norma Espíndola, de Navegantes.

DEPUTADO DARCI DE MATOS (pela ordem) - Registra a presença dos vereadores Silvey Evandro Ferreira de Souza e Edson Luiz Batista dos Santos.

DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES

Cumprimenta a torcida da Chapecoense pelo título; reporta-se à questão das autoescolas.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI (pela ordem) -Contesta posicionamento de alguns parlamentares.

DEPUTADO JEAN KUHLMANN (pela ordem) - Agradece a atenção de todos os parlamentares.

Explicação Pessoal

DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Reporta-se ao abuso sexual contra crianças e adolescentes. **DEPUTADO VALMIR COMIN** - Manifesta-se a

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se a respeito da duplicação do trecho sul da BR-101.

DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Valmir Comin.

DEPUTADALUCIANECARMINATTI-Cumprimentaa Chapecoense pela vitória;reporta-se ao pagamento do piso nacional doMagistério.

DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Aborda várias questões da segurança pública.

DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Reporta-se à 15ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais - Unale.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que proceda à distribuição do expediente aos srs. deputados.

Comunicamos que estão presentes, visitando a nossa Assembleia e também o nosso estado, o deputado Gilvan Barros e o deputado Fernando Toledo, presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas. Se v.exas. quiserem participar da sessão, estão convidados para ficar pelo tempo que entenderem oportuno.

Passaremos às Breves Comunicações.

Com a palavra o sr. deputado Marcos Vieira, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, teria um único assunto para tratar na tribuna, no dia de hoje. Mas sinto-me na obrigação de tratar especificamente de um assunto a respeito do qual o deputado Dirceu Dresch tem insistentemente me acusado.

Antes de falar, quero pedir que a assessoria coloque no ar a entrevista que o deputado Dirceu Dresch concedeu à *Rede Record*, na quinta-feira à noite.

(Procede-se à apresentação de vídeo.)

Sras. e srs. telespectadores, srs. deputados e sras. deputadas, vou repetir o que já disse na imprensa catarinense: o deputado Dirceu Dresch insiste em continuar mentindo para a sociedade catarinense! Ele está mentindo! Tenho aqui, deputado Altair Guidi, o substitutivo global assinado e rubricado em todas as suas folhas pelo eminente líder do governo nesta Casa, deputado Elizeu Mattos.

Gostaria que o deputado Dirceu Dresch estivesse no plenário para convidá-lo a trazer a público, de uma vez por todas, deputado Padre Pedro Baldissera, qualquer documento acostado àquele projeto de lei que tenha a minha assinatura, em que seja o autor da emenda.

Hoje, vou apresentar um requerimento à Mesa Diretora desta Casa para que me certifique de inteiro teor quem é o autor do substitutivo global e se naquele projeto de lei há qualquer emenda minha incluindo o art. 31 a que se refere o deputado Dirceu Dresch.

Faço questão, se ele vier ao plenário, de entregar ao eminente deputado Dirceu Dresch uma cópia integral numerada do substitutivo global, assinado pelo deputado Elizeu Mattos encaminhando o substitutivo para o relator, que fui eu, oriundo do Poder Executivo. E se s.exa. continuar insistindo na mentira, vou ser obrigado a me dirigir ao Judiciário para que o erro seja reparado.

Então, deputado Dirceu Dresch, por favor, se houve alguém que fez o substitutivo global, foi o governo, encaminhado pelo líder do governo. Não fiz emenda, deputado Dirceu Dresch! Acho que fica bem claro!

Então, em vez de v.exa. ficar propalando mentira em Santa Catarina, em detrimento da imagem de um deputado, acho que tem que se preocupar com outra situação: o investimento que o governo federal faz na saúde no Brasil. Isso, sim, é vergonhoso!

Deputado Maurício Eskudlark, o governo federal gasta menos com saúde do que a África! Diz a matéria do *O Estado de S.Paulo*:

(Passa a ler.)

"Saúde

Levantamento anual da Organização Mundial da Saúde com dados de todos os países mostra que em 2008 o Brasil destinou apenas 6% do seu Orçamento para a área, índice inferior à média do continente africano; população arca com maior parte dos gastos." Isso é uma vergonha nacional!

"A parcela do Orçamento do governo brasileiro destinada à saúde, 6%, é inferior à média africana (de 9,6%) e o setor no país ainda é pago em maior parte pelo cidadão. Os dados são da Organização Mundial da Saúde (OMS), que divulgou ontem seu relatório anual. O documento inclui um raio X completo do financiamento da saúde e escancara uma realidade: o custo médio da saúde ao bolso de um brasileiro é superior ao da média mundial."[...][sic]

Não sou eu que estou dizendo, é a Organização Mundial da Saúde! O Brasil está atrás da Nigéria, Rússia, China, Argentina, México e Chile em investimentos na área da Saúde. Esse é o governo federal do Partido dos Trabalhadores.

Vemos reportagens nas televisões sobre filas enormes nos hospitais e nos postos de saúde. Por que isso está acontecendo com tanta freqüência? Porque os médicos não querem mais trabalhar recebendo aquela mixaria do SUS. E por que não investem no reajustamento da tabela do SUS para dar dignidade ao trabalhador da área da Saúde com um rendimento maior ao final do mês?

É essa mobilização que temos que fazer em Santa Catarina, no Congresso Nacional, frente ao governo federal, no sentido de fazer com que a tabela do SUS seja reajustada. Em vez do Partido dos Trabalhadores estar preocupado com a saúde no Brasil, está preocupado com a próxima eleição.

Vejam também matéria que veiculou em nível nacional no dia 13 de maio: "Prioridade da União é investir em cidade menor". Mas por que a prioridade da União é investir em cidade menor? E a matéria diz o seguinte:

(Passa a ler.)

"Estratégia está ligada à eleição de 2012. Governo reserva R\$ 5 bilhões do PAC do Saneamento para ganhar a eleição nos pequenos e médios municípios." Está escrito aqui, deputado Ismael dos Santos!

Então, pergunto: em oito anos do Partido dos Trabalhadores até hoje não investiram em saneamento básico nos pequenos e médios municípios? Não investiram nada e vão investir agora porque teremos eleições em 2012? Eles não vão conseguir ganhar a eleição nos grandes centros e querem investir para ganhar a eleição nos pequenos municípios!

Vejam o que diz ainda a matéria: (Continua lendo.)

"O governo federal já se articula para alavancar o desempenho nas urnas dos candidatos petistas e aliados nas eleições municipais. A estratégia é priorizar investimentos em cidades pequenas com obras de saneamento básico e construção de casas para a população de baixa renda."

Querem ganhar a eleição; então, vão descarregar dinheiro no saneamento básico. E por que não fizeram isso em oito anos?

Outra pergunta para a qual não estamos encontrando resposta é a seguinte: o que ficou mais caro no Brasil nos últimos doze meses? A população brasileira está pagando mais caro pelos seguintes itens: médico, mais de 10%; dentista, 7%; serviços de terceiros, 9%; educação, 9%; cabeleireiro, 9%; educação, 9%; empregado doméstico, 10%; custo geral da construção, 7%; planos de saúde, 7%; carne, 20%; cerveja 10%; combustível, 14%; aluguel residencial, 10%; preço no atacado de bens de capital para a indústria, 13%. As fontes são a Fundação Getúlio Vargas e o IBGE.

Então, pergunto: qual é a inflação divulgada pelo Banco Central nesse período? Parece que divulgarem que foi de 4%, mas pelo visto chega a 10%. Portanto, temos que tomar cuidado com a inflação. E vamos pedir ao PT que force o governo a propiciar mais saúde para o brasileiro.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Marcos Vieira, sempre com sua intervenção enfática.

O próximo orador inscrito em Breves Comunicações é o deputado Altair Guidi, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI -Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, venho a esta tribuna por vários motivos. E um deles é para dizer que temos mais um santo no Brasil. Vamos canonizar Antônio Palocci, o homem que fez milagre.

Jesus, quando esteve na terra, multiplicou os pães, multiplicou os peixes, e o sr. Antônio Palocci, em quatro anos, multiplicou por 20 a sua fortuna.

Vejam o que se está fazendo! Nós, que vivemos no sul do estado de Santa Catarina, preocupamo-nos com o problema referente ao desenvolvimento econômico daquela região por falta de ação principalmente do governo federal.

Hoje, trago um problema estampado na imprensa brasileira. Na última reunião do Codesul, foi discutida a implantação de uma estrada férrea ligando uma cidade no sul do Mato Grosso a São Paulo, Paraná, Santa Catarina, indo até o porto do Rio Grande, no Rio Grande do Sul.

Gostaria de chamar a atenção dos catarinenses, pois me parece que Santa Catarina - e disseram isso há três dezenas de anos - é o elo entre o Rio Grande do Sul e o Paraná, o elo da BR-101. Isso é velho. Mas o lamentável é o que estamos acompanhando pela imprensa brasileira, a vergonha criticada pelo deputado Marcos Vieira, ou seja, os pequenos municípios não receberam recurso algum em oito anos, mas agora receberão a fim de que, na eleição de 2012, o PT consiga um número maior de prefeitos. Isso é uma vergonha! É uma indecência!

Passamos por um presidente com mandato de oito anos, um sindicalista que era um grande negociante, pois conhecia as artimanhas, tinha uma boa comunicação com o povo e deixou uma herança de restos a pagar de R\$ 53 bilhões. A atual presidente está vivendo momentos muito difíceis para dar continuidade àquilo que vinha acontecendo, que costumo chamar de a farra do presidente Lula. Elegeu seu sucessor a que custo? E esse custo não é do município. Esse custo é de todo o Brasil, de todos os brasileiros. São essas coisas que nos levam a contestar certos procedimentos que existem na política brasileira.

Gostaria de citar, rapidamente, um fato nesta tribuna, porque há deputados jogando pedra no telhado de outros deputados, mas que têm telhado de vidro.

Fui beneficiado por uma lei no primeiro governo de Esperidião Amin, pois fui chefe de repartição durante dez anos e agreguei o benefício. Essa agregação é de direito, pode ser até imoral, mas ela é legal. Todos que fizeram a referida agregação fizeram-no legalmente, e eu fui um deles.

Gostaria que esta Casa tivesse uma conduta mais digna com seus deputados, para que fossem mais respeitados, sr. presidente. Quando um deputado não respeita o outro, poderá receber pedradas também, e ninguém aqui desconhece a realidade dos demais. Acompanho a política há 30 anos, conheço as origens e o cheiro e de onde vêm os problemas. A agregação que fiz nunca escondi de ninguém e gostaria de pedir que quando tiverem que citar nomes de colegas, citem o nome de todos aqueles que recebem o benefício da agregação e não somente o de um deputado, individualmente.

Agradeço pela oportunidade de poder falar sobre o assunto, porque a pessoa está no recinto e sabe sobre o que estou falando.

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedo a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, quero trazer presente, com satisfação, nesta tribuna, um importante debate que vimos fazendo principalmente nos últimos três anos, sobre o chamado Pró-Emprego, no estado. Agora, finalmente o Executivo reconhece que há um conjunto de problemas que vem afetando o estado.

Não queremos dizer que o programa é totalmente negativo, que não traz benefícios para Santa Catarina. Com certeza também traz benefícios na geração de emprego, na entrada de investimentos de capital para o estado. Então, tem o seu lado positivo, mas na nossa avaliação há urgência em rever isso com o secretário da Fazenda, que já percebeu e encaminha para esta Casa projetos no sentido de rever os setores que foram prejudicados e que, inclusive, entraram com uma Adin.

Na nossa avaliação, esse foi um dos grandes motivos por que, nestes últimos anos, principalmente a partir de 2007, o estado perdeu força na balança comercial, tendo, inclusive, um déficit negativo de 4,4 bilhões. Enquanto o Paraná, o Rio Grande do Sul e o Brasil têm uma balança comercial positiva, o estado de Santa Catarina vem perdendo terreno.

Então, são dados que com certeza preocupam os setores da economia catarinense e que precisamos rediscutir. Inclusive, a comissão de Economia já encaminhou um ofício para que o setor econômico catarinense, seja ele industrial, comercial ou de serviços, as centrais sindicais, as entidades de trabalhadores e o governo, compareça para debater o tema não somente do Pró-Emprego, mas os demais incentivos fiscais, principalmente no que diz respeito ao Prodec e a outras políticas estaduais.

Precisamos fazer um profundo debate sobre o futuro da economia catarinense, os setores que são prejudicados com os incentivos e quem se favorece com eles. Acho que é um debate importante para Santa Catarina. Precisamos fazer essa discussão com certa urgência, caso contrário, a nossa economia, o investimento do estado, do poder público, ficará comprometido.

Sr. presidente, não gostaria de trazer esse assunto a esta tribuna, mas já que o deputado Marcos Vieira o levantou, tenho que retomar a discussão. Até já expusemos com muita clareza, na comissão de Constituição e Justiça, na semana passada, a nossa posição e vamos continuar a nossa luta.

Sr. presidente, entendemos que tem direito à aposentadoria aqueles que contribuíram para isso, e graças à Constituição de 1988 não é mais permitida a simples aposentadoria de deputado, como aconteceu durante muito tempo em nosso país.

Entendemos também, srs. deputados, que a lei aprovada por esta Casa, que dá direito a ex-deputado servidor público estadual aposentar-se com salário de parlamentar, deve ser derrubada. E na CCJ assim nos pronunciamos desde o início.

Vamos trabalhar nesse sentido porque entendemos que esta Casa tem o compromisso de derrubar essa lei, caso contrário, já tramitam Adins na Justiça para acabar com esse privilégio.

Acho muito forte o deputado Marcos Vieira chamar este deputado de mentiroso, porque a sua assinatura está estampada no seu relatório do projeto de lei. O relatório diz o seguinte:

(Passa a Ier.)

"[...] nesse momento, incorporo ao presente projeto, tendo em vista que a mesma visa apenas a adequação e aprimoramento do presente projeto de lei complementar"[sic]

O deputado Marcos Vieira, como disse, é o relator desse projeto, incorporou a emenda e disse ainda aos demais deputados:

(Passa a ler.)

"[...]

Visando aprimorar ainda mais a proposição aqui tratada, apresento também emenda aditiva ao mesmo, beneficiando ocupantes do cargo de Analista Técnico em Gestão Pública, Classe IV, com formação em Direito.

VOTO

Diante do exposto, voto pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei n. PCL/0063.0/2009, na forma [...]"[sic]

O Sr. Deputado Marcos Vieira (Intervindo) - Deputado Dirceu Dresch, esse caso não é referência, deputado! Não é referência! A frase final do relatório não diz respeito ao art. 31...

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Deputado Marcos Vieira, não interrompi a sua fala. Por favor!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha) - Deputado Marcos Vieira, solicito a v.exa. que permita que o deputado Dirceu Dresch termine o seu pronunciamento, porque esse debate, com certeza, terá continuidade na tramitação da matéria na Casa.

Obrigado, deputado!

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Quero terminar a minha fala, ressaltando que o deputado Marcos Vieira ainda induz os parlamentares a pensarem que o projeto não tem problema algum, não apresenta nenhuma questão polêmica, tratando-se apenas de um aprimoramento da matéria.

Fizemos essa manifestação no sentido de retomar a verdade, por nós já explicitada em outras ocasiões.

Muito obrigado, sr. presidente e srs. deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - O próximo orador inscrito é o deputado Padre Pedro Baldissera, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, o debate é sempre importante e este é um espaço para que se traga a verdade à sociedade catarinense.

Acredito que será um momento importante, porque ambas as partes terão toda a liberdade para debater e discutir, e tudo isso poderá engrandecer cada vez mais o Parlamento catarinense que, sem dúvida nenhuma, é o espaço certo para isso, pelo respeito que se tem às posições. Acho que isso enaltece cada vez mais esse espaço democrático e extremamente propositivo.

Gostaria também, nessa direção, de dizer à sociedade catarinense que o governador Raimundo Colombo encaminhou a esta Casa um projeto de lei revogando dispositivos do Pró-Emprego, fato que vai ao encontro da proposta da presidente da República, Dilma Rousseff, que tem dado entrevistas nos mais importantes jornais do país dizendo que ao final do mês de maio reunirá todos os governadores para discutir a guerra fiscal. Parece-me oportuno. E o governo catarinense se antecipa um pouco a esse debate, revogando vários artigos da lei que prevê vários descontos no ICMS e que concede isenções. Acho que isso extremamente importante.

Assim se estabelece um debate salutar e importante, porque a matéria trata exatamente de renúncia fiscal e lá na ponta favorece os municípios que perderam os recursos ao longo da vigência dessa legislação. É necessário recompensar esses municípios que perderam os recursos que foram fruto de incentivos fiscais que o governo tem estabelecido na própria lei do programa Pró-Emprego.

Esperamos que o nosso projeto que trata da mesma temática possa ser apensado ao projeto do governo do estado e que possa, na ponta, também trazer benefícios aos municípios catarinenses que perderam muito dinheiro. Os municípios deixaram de receber mais de R\$ 300 milhões. Portanto, muitas políticas públicas

de atendimento à população deixaram de acontecer no município. A população que lá vive precisa de diferentes políticas públicas para o atendimento de suas demandas.

Além disso, quero reforçar todo o debate que já fizemos com relação ao subsídio vitalício dos ex-governadores. Já viemos discutindo isso há muito tempo, há vários anos. Apesar do respeito que temos a eles, achamos totalmente inconstitucional o artigo que prevé o pagamento equiparado ao do desembargador de estado. Assim, a nossa peleia está socializada, colocada a toda à sociedade catarinense. Estamos discutindo a questão no Supremo Tribunal Federal. Portanto, já é um debate que está no campo da Justiça. E nós queremos que seja definido exatamente o merecimento disso ou não na Justiça.

Gostaria de aproveitar oportunidade para dizer que estivemos reunidos com o governador de Santa Catarina, nesta última sexta-feira, no centro administrativo, com várias lideranças do movimento dos atingidos pelas barragens. Esse movimento já esteve em reunião com o governo do Rio Grande do Sul discutindo uma pauta estratégica de desenvolvimento principalmente para as famílias que são atingidas pelas barragens. O movimento tem consolidado a sua proposta pela coerência com que vem debatendo essa questão. E o governador Raimundo Colombo colocou-se inteiramente à disposição do movimento para contribuir e ajudar no sentido de que, realmente, nos espacos em que as barragens são construídas haja justiça e que as famílias sejam indenizadas tanto pelas benfeitorias como pela própria propriedade. Há grande sensibilidade por parte do governo de acolher diferentes as proposições dos integrantes do movimento dos atingidos. Foi uma audiência positiva e esperamos que esse debate avance.

Existem, hoje, dois grandes problemas. Um deles centralizado na região do planalto serrano, propriamente em Cerro Negro, Anita Garibaldi, onde mais de mil famílias serão atingidas pela construção da barragem. Infelizmente, ainda não sentaram com a empresa para discutir que tipo de indenização irão receber pelas áreas que serão totalmente alagadas. Então, pareceme justo o movimento, porque é um direito dos atingidos poder neste momento debater sobre a questão. É importante que seus direitos sejam respeitados pela empresa Triunfo que vai construir essa barragem.

Outra questão que quero abordar é com relação ao extremo oeste de Itapiranga. Lá existe todo um estudo de viabilidade etc., mas nada está definido. Existe uma luta histórica por parte daquelas famílias, que resistem há mais de 30 anos dizendo "não" à construção da barragem. Eles estão também reunidos com todos os prefeitos, vice-prefeitos e lideranças dos municípios atingidos exatamente para evitar que a barragem seja construída.

Nessa mesma região existe uma grande experiência alternativa de produção biogás. energética. dο através Fssa experiência, além de incluir os suinocultores, trabalha a questão preservação ambiental, tanto por evitar a construção da barragem como por dar um destino adequado aos deietos suínos.

Portanto, foi uma audiência produtiva. Tiramos vários encaminhamentos

dela e esperamos que isso tudo possa ser em benefício da população de Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terçafeira, os primeiros minutos são destinados ao PP

Com a palavra o sr. deputado José Milton Scheffer, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Cumprimentando o sr. presidente em exercício, deputado Jailson Lima, as sras. deputadas, os srs. deputados, gostaríamos nesta tarde de falar sobre a 14ª Marcha dos Prefeitos a Brasília.

Santa Catarina, que sempre teve no movimento municipalista uma das alavancas do seu progresso, do seu desenvolvimento, da qualidade de vida da sua gente, ainda continua nessa linha através da Federação Catarinense dos Municípios, Fecam. Este estado é referência no cenário nacional em termos de organização, de mobilização e de participação na Marcha dos Prefeitos a Brasília e continua construindo a sua história.

Na última semana houve mais uma edição. Foi uma das maiores já vistas até hoie, e a cada ano tem agregado mais e mais lideranças, tem chamado atenção do governo federal, das liderancas Congresso Nacional a respeito das questões relacionadas com os municípios. A marcha tem-se revelado um instrumento forte, no sentido de chamar a atenção da sociedade e dos governos para os pleitos dos municípios. Se quisermos realmente melhorar a qualidade de vida das pessoas gerando desenvolvimento sustentável, é preciso que as autoridades se voltem para as cidades. É lá que as pessoas nascem, trabalham, realizam os seus sonhos. Mas os municípios hoje são os entes federativos mais discriminados.

Veiam vocês que na divisão de todo o bolo tributário nacional os municípios ficam apenas com 14% da receita contra 22%, 23% da receita para os estados, que também se encontram em situação de dificuldade. E a União fica com 65%, e em algumas épocas até 70%, de todos os impostos e contribuições pagas neste país. É impossível produzir desenvolvimento com um governo tão centralizado. Centralizaramse na época da revolução todos os poderes. Inclusive o poder econômico centralizado no governo central, e agora não querem abrir mão dos recursos para as

Temos na figura dos prefeitos os legítimos representantes das populações. São pessoas que têm acesso às necessidades das comunidades, do povo nas ruas. E se existem líderes políticos que ouvem as vozes das ruas neste país são os vereadores e prefeitos, mas ao mesmo tempo têm dificuldades para que as suas reivindicações sejam ouvidas em Brasília e nos governos estaduais. Mas é importante ressaltar os avanços das marchas.

Estive na abertura acompanhando o pronunciamento da presidente Dilma Rousseff, que de maneira muito agradável posicionou-se com relação à marcha, recepcionando os prefeitos, levando um grupo grande de ministros e coordenadores

do seu governo, prestigiando com isso os prefeitos que lá estavam. A presidente ouviu do presidente da Confederação Nacional dos Municípios as reivindicações dos cinco mil prefeitos do Brasil, representados lá por cerca de três mil prefeitos e mais dois mil vereadores que se faziam presentes.

A presidente Dilma Rousseff empenhou o seu apoio no sentido de fortalecer as entidades municipalistas na construção de uma proposta de distribuição dos recursos do pré-sal. É preciso que os recursos do pré-sal cheguem a todos os municípios deste país. Temos que apoiar o veto presidencial no sentido de que os recursos do pré-sal cheguem até nossas cidades. Precisamos apoiar os municípios para que aumentem a sua arrecadação própria.

Deputado Valmir Comin, hoje todos os impostos cobrados pelo prefeito são aqueles em que se precisa bater na porta do contribuinte. É necessário mudar essa realidade, compartilhar os dados fiscais. A presidente se mostrou sensível no sentido de cruzar os dados fiscais dos municípios com os dados da receita federal, apoiando a ampliação da arrecadação do ITR, que é um imposto modesto. Isso não vai causar grande impacto na receita municipal, mas é mais um passo nesse sentido.

Gostaríamos mesmo de ver os municípios recebendo os recursos da Cide e tantos outros. Isso impactaria, sim, as receitas municipais.

Os prefeitos também pediram a ampliação dos recursos do PAC, passando os atuais R\$ 59 bilhões do PAC 1 para R\$ 121 bilhões do PAC 2. Aí, sim, atenderão às pequenas cidades deste país.

Precisamos também que a presidente assuma o compromisso com os prefeitos de editar uma medida provisória para a construção de creches e reformas dos educandários da educação infantil nas diferentes cidades do Brasil.

- O Sr. Deputado Valmir Comin V.Exa. me concede um aparte?
- O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER Pois não!
- O Sr. Deputado Valmir Comin -Deputado José Milton Scheffer, quero parabenizar a v.exa. pelo brilhante discurso, um tema tão importante. V.Exa. já teve a oportunidade de ser prefeito por dois mandatos consecutivos no município de Sombrio, foi presidente da Fecam e conhece muito o assunto ora abordado. Mas tudo isso seria simplificado dentro do pacto federativo, porque na verdade não existe representação e descentralização maior do que na linha, na vertente da inclusão social em que se repassa os recursos para o município, para a prefeitura, porque é ali que existe o contato direto com o cidadão, com quem paga imposto. É no município que as pessoas estão situadas. E dentro desse pacto federativo estaria contemplada toda a redistribuição e um percentual significativo para que as coisas realmente viessem acontecer de forma extraordinária e positiva.

Por isso parabenizo v.exa.

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Exatamente, deputado Valmir Comin, e agradeço a sua intervenção. A grande luta tinha que ser o pacto federativo. Os prefeitos vêm construindo isso há alguns anos, mas os avanços são insignificantes.

Nós lutamos tanto para crescer 1% na FPM. Foram vários anos de lutas, de marchas. Mas, sem dúvida nenhuma, sem as marchas esse cenário seria ainda pior.

Ouanto à Emenda Constitucional n. 29, que era uma das prioridades da marcha, foram pressionados os deputados federais no sentido da sua regulamentação. Há mais de mil dias essa emenda está para ser votada no Congresso Federal e nada acontece! Mais de mil dias estamos esperando para trazer mais dinheiro à Saúde. Nós estamos vendo a cada dia os nossos pequenos hospitais definhar e, ao mesmo tempo, o governo federal não dá de regulamentar sinal а Fmenda Constitucional n. 29.

Os prefeitos estiveram lá buscando apoio no sentido de trazer mais dinheiro para a Saúde e mais qualidade de vida à população.

O Sr. Deputado Marcos Vieira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Pois não!

O Sr. Deputado Marcos Vieira - O pronunciamento de v.exa. é muito oportuno e pertinente. Mas gostaria de incluir o reajustamento da tabela do SUS, que é extremamente importante para a saúde do Brasil, uma vez que constatamos que no Brasil investe-se menos em saúde do que na África. Isso é uma vergonha nacional.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - Deputado Marcos Vieira, a sua contribuição é justa e correta, não adianta falar de saúde sem reajustar a tabela SUS. E para isso precisamos regulamentar a Emenda Constitucional n. 29 que vai colocar mais de R\$ 10 bilhões no SUS, permitindo um atendimento de maior qualidade nos municípios, bem como nos hospitais federais e estaduais.

Gostaria também de agradecer a presidente Dilma Rousseff, porque ela também concedeu a liberação dos recursos empenhados que estavam bloqueados, na ordem de quase R\$ 1 bilhão. Os prefeitos estão passando constrangimentos. Já iniciaram obra, compraram equipamentos, e o governo federal suspendeu a liberação desses recursos. E graças à Marcha dos Prefeitos a Brasília conseguimos liberar de imediato R\$ 750 milhões. Esse foi um compromisso assumido pela presidente Dilma Rousseff, bem como o compromisso de nos próximos dias liberar todos os empenhos de obras de aquisições e de projetos que haviam sido conveniados com o governo federal.

Portanto, a marcha atingiu o seu objetivo em parte. As bandeiras continuam hasteadas, mas é preciso que todas as autoridades...

(Discurso interrompido pelo término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Democratas, futuro PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, telespectadores da TVAL e

ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicialmente quero cumprimentar o meu amigo Batschauer, de Itajaí (obrigado pela sua presença), que nos prestigia com a sua presença nesta Casa, que está ligado a uma ONG que faz um trabalho intenso na área social.

Quero, da mesma forma, cumprimentar, com muita satisfação, o meu amigo coronel Valmor Raimundo Machado, da nossa Cevahumos, Centro de Valorização Humana, Moral e Social, que está-nos prestigiando com a sua presença, esta tarde, nesta Casa.

Esse centro completou, no último dia 15 de maio, 20 anos. É uma belíssima trajetória, são diversas comunidades terapêuticas agregadas sob o comando do referido coronel, por onde já passaram mais de cinco mil jovens em busca da reabilitação aos dependentes químicos.

Parabéns, coronel Valmor Raimundo Machado, que está também conosco engajado na Frente Parlamentar de Combate e Prevenção às drogas.

Sr. presidente e srs. deputados, participamos ontem, pela manhã, juntamente com o deputado Jean Kuhlmann, do início das obras da implantação das seis rotatórias, ao longo da rodovia Guilherme Jensen, num investimento do governo do estado no valor de R\$ 2 milhões.

Quero parabenizar o secretário de estado de Desenvolvimento Regional, César Botelho, da SDR de Blumenau e região por isso, pois era uma antiga reivindicação daquela comunidade de Itoupava Central, que estava pendente por seis anos. Mas finalmente deu-se início, ontem, à execução do projeto dessas seis rotatórias que vai dar segurança ao fluxo de veículos naquela rodovia e, sobretudo, aos pedestres, rodovia essa que liga Joinville a Blumenau, passando por Guaramirim e Massaranduba.

Portanto, nossas congratulações ao secretário César Botelho por essa iniciativa e por essa conquista àquela região do vale do Itajaí.

Sr. presidente, eu, na condição de ter cursado na Universidade Federal de Santa Catarina, doutorado em Literatura, não posso me calar diante da polêmica neste país que chega também até nós, deputado Jean Kuhlmann, v.exa. que tem uma filha na rede pública de educação, sobre o tal polêmico livro *Por uma vida Melhor*, da coleção Viver, Aprender, que foi distribuído para mais de 400 mil jovens neste país, que está em debate, hoje, nos jornais, na mídia.

Esse livro faz parte do Programa Nacional do Livro Didático do MEC, distribuído em mais de quatro mil escolas do Brasil. Mas estranhamos a posição teórica da autora do livro, a professora Heloísa Ramos, ao defender uma proposta didática para nós inusitada, no sentido negativo, porque traz em sua proposta pedagógica a perspectiva de que há uma supremacia da linguagem rural sobre a linguagem escrita, e que por isso é passível a troca de conceitos no que diz respeito ao certo e ao errado, ao adequado e ao inadequado, levando ao nossas crianças, em fase de alfabetização, a um desvirtuamento do padrão da língua culta.

O livro, como já foi noticiado publicamente em todas as manchetes e editorais, registra frases como essas: "Posso falar os livro". "Nós pega o peixe". Ou ainda: "Os meninos pega o peixe".

Enfim, deputado Jean Kulhmann, nós, que tivemos a oportunidade de passar pelos bancos escolares, chegarmos ao ano de 2011 com essa perspectiva de que tudo que nos foi ensinado parece que estava errado, estava equivocado, que agora o certo é errado e o errado é certo, não dá para entender.

Eu até entendo a perspectiva de que há uma língua padrão, uma língua média, uma língua chamada frouxa ou relaxada, do ponto de vista linguístico é assim que os técnicos a chamam, em ambientes descontraídos é possível admitir esse tipo de linguagem, mas em um livro didático, em um livro que se quer ser padrão, em um livro que se diz bússola para as nossas crianças, não é possível admitir esse tipo de proposta didática.

Aliás, a própria Academia Brasileira de Letras fez nota, na manhã de hoje, no seguinte sentido: "Estranhando as posições teóricas de autores de livros que chegam às mãos dos alunos dos cursos fundamental e médio, com a chancela do ministério da Educação, o manual que o ministério levou às nossas escolas não o ajudará no empenho para a melhoria do que o ministro tão justamente aspira." Palavras ditas e registradas pela Academia Brasileira de Letras.

Quero aqui colocar também a minha posição contrária, pois ainda não entendi, deputada Luciane Carminatti, v.exa. que é da área da Educação, essa proposta do MEC de registrar e perpetuar equívocos do ponto de vista gramatical.

Por outro lado - deputado Nilton Gonçalves, vou citar mais uma vez citar o seu nome porque v.exa. tem, juntamente comigo nesta Casa, reforçado o meu ponto de vista -, a revista *Veja* desta semana traz a seguinte manchete: "Eles querem cassar o seu voto". Isso resume tudo.

Vou ler apenas aqui o início da matéria do Igor Paulin:

(Passa a Ier.)

"Um fantasma ronda o Congresso Nacional. Na semana passada, ele se cristalizou no formato de uma proposta de emenda à Constituição (PEC) com uma proposição de arrepiar os cabelos: retirar dos eleitores brasileiros o direito, previsto na Constituição, de votar diretamente em seus candidatos para deputado federal, estadual e vereador." [sic]

É o tal do voto em lista fechada, que nos temos posicionado contrários ao longo da nossa caminhada nesta Casa, nos nossos pronunciamentos. Entendemos que o voto em lista não só vai roubar o direito dos eleitores de escolher os seus representantes como, mais do que isso, vai tornar os partidos, no Brasil, um balcão de negócios.

Nossos partidos estarão, sem dúvida alguma, sob a pressão de orçamentos fabulosos, para que no topo dessas listas estejam aqueles naturalmente que tenham condições financeiras para bancar campanhas milionárias. Isso vai acontecer nos municípios grandes, nos municípios pequenos, nas Câmaras de Vereadores, sendo que quem tem dinheiro, quem tem o poder econômico, vai impor os privilegiados nessa lista, como acontece em vários países.

E eu acompanhava e declinava esse testemunho na Argentina, deputado Nilson Gonçalves, onde há esse tipo de procedimento, em que os deputados já querem mudar essa prática porque de fato os partidos viraram balcão de negócios.

Deixo aqui o meu protesto a essa PEC. E espero que o Senado, a Câmara Federal, que o nosso Congresso tenha sensatez para continuar, sim, apostando na valorização, na escolha que os nossos eleitores fazem dos seus representantes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Srs. deputados, os próximos minutos estavam destinados ao PMDB, mas como houve acordo entre o PMDB e o PT, esse horário foi cedido ao PT.

Com a palavra, então, o sr. deputado Jailson Lima, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO JAILSON LIMA - Muito obrigado, presidente Reno Caramori.

Cumprimento todos os colegas presentes neste Parlamento e os funcionários deste Poder.

Falo aqui em nome do partido, mas quero, antes de tudo, fazer uma referência ao pronunciamento do nobre deputado Altair Guidi, por quem tenho uma deferência especial pela sua atuação como deputado. E quero registrar, inclusive, que já tive a oportunidade de votar nele, quando jovem, na cidade de Criciúma, no período em que foi prefeito daquele município, e foi um grande prefeito.

Como o pronunciamento foi em aposentadorias às aue consideramos excessivas para o contexto econômico da classe trabalhadora deste país e também de questionamentos em relação a aposentadorias de ex-deputados nesta Casa, tenho a minha deferência especial pelo nome do deputado Altair Guidi, e não contesto, em nenhum momento, a legalidade que foi dada a essa aposentadoria. Nem a ele nem aos demais deputados que assim fizeram nesta Casa até o presente momento, porque aqui se votou lei que permitisse isso.

Então, não contesto a legalidade alegada por quem percebe. Porém, sempre me coloquei no pronunciamento sobre a constitucionalidade da decisão e também, logicamente, sobre a moralidade, em que pese a lei.

Eu tenho plena convicção de que no âmbito das votações desta Casa, no volume, na velocidade que se faz sempre, de forma atropelada, em final de ano, foi embutido isso. E aqui não há culpados. O conjunto de deputados, no decorrer da sua história, tem um pouquinho de responsabilidade, inclusive eu que estou aqui no segundo mandato. Porém, temos que gradativamente corrigir essas distorções não apenas em relação aos deputados, que foi o que a imprensa noticiou, como também ao conjunto dos 63 servidores que recebem aposentadorias que ultrapassam limites constitucionais.

Deputado Nilson Gonçalves, no contexto do nosso cenário, é extremamente relevante o debate que fazemos sobre a transparência dos órgãos, não apenas da Assembleia, como também do Tribunal de Justiça, do Tribunal de Contas e do Executivo.

Então, tenho todo o respeito pelo deputado Altair Guidi, entendo justo e lícito o seu pronunciamento, e como esta Casa é uma Casa de debates, o nosso debate tem que ser no sentido de corrigirmos isso. E se não podemos fazer retroativamente, caberá à Justiça tentar resolver retroativamente.

Agora, o que temos que ter claro. de forma muito bem escrita no contexto, é o que devemos e o que não devemos votar. Vamos fazer com que daqui para frente, como essa lei já foi mudada três vezes, uma hora dá, outra hora não dá, uma hora vem um governador manda e outro muda, seiam no mínimo, três votações feitas. consecutivas, em dias diferentes, quando novamente venha para esta Casa um projeto semelhante a esse. Aí, finalmente, todo mundo vai acordar e não vai ter mais surpresas em votações unificadas.

Assim sendo, parabenizo, sim, o deputado Altair Guidi ao fazer o seu pronunciamento. Ele fez a sua defesa correta porque é um parlamentar.

Quero, ao mesmo tempo, dizer que em nenhum momento, em contato com a empresa, nominei elemento a, b, c, d ou e. Em nenhum momento. No entanto, a imprensa acabou nomeando um, dois, três ou quatro ex-deputados desta Casa e, se não me engano, houve uma lista de jornal em que foram colocados todos. Mas com muita tranquilidade, muita paciência, muita racionalidade e sem paixão, nós, como homens públicos, temos que conduzir esse debate num rumo de uma transparência e de correção de rumos, deputado Aldo Schneider, para que não tenhamos mais isso no futuro.

É lógico que no conjunto desses deputados há pessoas da minha relação pessoal, com os quais fiz campanha junto, no dia a dia, que sou testemunha de que foram grandes parlamentares na vida pública. Porém, uma questão constitucional lhes permitia que usufruíssem dessa brecha que foi votada aqui, em épocas passadas, e que depois o governador Vilson Kleinübing, num momento de extrema lucidez, retirou-a desta Casa, depois retornou com Esperidião Amin, depois com Luiz Henrique e assim vai. Mas temos que ir corrigindo isso com muita tranquilidade.

Eu iria falar aqui sobre a questão dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios, que foi apontado e mostrado pela nossa presidente Dilma Rousseff. na Marcha dos Prefeitos, tão bem abordada aqui pelo deputado José Milton Scheffer, mas acho que o deputado Marcos Vieira deu uma provocada nesta tribuna, hoje, ao dizer que o governo federal, numa matéria da Folha de São Paulo, jornal carta branca, deputado Padre Pedro Baldissera, vai investir em saneamento em pequenos municípios por causa das eleições do ano que vem. Primeiramente, quero dizer que este país não tinha investimento em saneamento básico. É vergonhosa a condição de saneamento básico deste país.

Tivemos uma reunião recente com o prefeito Carlito Merss, na semana passada, em Joinville, ocasião em que foi colocado que o saneamento básico irá chegar a 14% e, até o final do ano, a 50% naquela cidade que é a maior metrópole do estado de Santa Catarina.

O governo federal passou a investir em saneamento, no primeiro momento, no

PAC 1, em municípios de grande porte, e no PAC 2 em municípios de 50 mil habitantes para baixo. E agora dizem que está investindo porque vai ser ano eleitoral o ano que vem. É lógico que é ano eleitoral! Mas é importante salientar que a grande maioria dos municípios abaixo de 50 mil habitantes, neste Brasil, não é administrada pelo Partido dos Trabalhadores.

Os recursos são executados nos municípios pelos prefeitos que colocam lá a bandeira de sua cidade, muitos até nem dizem que é o governo federal que está mandando recursos para saneamento básico. Eu, que sou médico e sempre estou preocupado com as questões de saúde pública, sei que saneamento básico é uma condição de saúde. Então, nesse tipo de investimento temos que ter uma lógica diferenciada. Temos que contextualizar que é um governo que, além de distribuir renda, gerar emprego com carteira assinada, passou a investir em prioridades sociais nos municípios de uma forma republicana, partido que independentementedo governa!

Diga-se de passagem, que muitas vezes os prefeitos do PT reclamavam de que deveriam ser olhados de forma um pouquinho diferente, coisa que não fez o nosso presidente Lula, coisa que não fez o nosso governo em nível federal! Assim como na Marcha dos Prefeitos, o presidente da República somente passou a ir depois que o ex-presidente Lula foi. E a presidente Dilma Rousseff, no seu primeiro ano, já se faz presente com toda a sua equipe econômica.

Somente no mês de abril deste ano, para se ter uma noção, deputado Padre Pedro Baldissera, com crise e tudo, vamos fechar 272 mil empregos com carteira assinada; no primeiro quadrimestre, 880 mil empregos com carteira assinada. Ainda falta muito por se fazer, nós temos essa clareza, mas este é um governo que democraticamente discute a sua aplicação de recursos, passou a distribuir mais recursos para o Fundo de Participação dos Municípios, diferente do que tínhamos antes.

Vou citar somente um exemplo da minha região: o município de Rio do Sul, que é a minha cidade, até maio do ano passado recebeu R\$ 5,518 milhões do Fundo de Participação do Município. Somente este ano já recebeu R\$ 7,730 milhões, ou seja, 40% a mais. Presidente Getúlio, Ibirama, Ituporanga, Itaiópolis receberam 28% a mais de recursos para o Fundo de Participação do Município, que é um recurso repassado proporcionalmente ao contingente populacional da cidade.

Por isso, temos muita tranquilidade para, nesta Casa, fazer o bom debate democrático do que representa...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Ainda dentro do horário reservados aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o deputado Nilson Gonçalves, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente e srs. deputados, vou dividir o tempo com o deputado Marcos Viera.

Srs. deputados, gostaria de aproveitar esses minutos que tenho para, ao

me expressar na tribuna, corroborar as palavras do deputado Ismael dos Santos, que, com muita propriedade, falou sobre a questão do voto em lista. Ele trouxe um sentimento que não é só dos deputados Nilson Gonçalves e Ismael dos Santos, mas um sentimento quase que generalizado não só daqueles que detêm um mandato como também da população de maneira geral. É importante que se atente para esse detalhe.

Hoje, todos os eleitores têm a possibilidade, numa eleição, de escolher o seu candidato. E se esse candidato for eleito, o eleitor tem a possibilidade de cobrar dele - de seu deputado, senador, vereador -, porque ele votou e teve discernimento próprio para escolher. Mas há um sentimento generalizado da população de que se configurar essa PEC, e parece-me que está num estado bastante adiantado - e já está na imprensa, na revista Veja e outros jornais, que também estão divulgando isso -, vai haver uma repetição do que já ocorre na Espanha. Inclusive, vim de lá há um mês e tive a oportunidade de ler em jornais - e lá estão em processo eleitoral denúncias de corrupção de toda ordem com relação ao tal voto em lista: denúncias de compra de vaga para o voto em lista, denúncias de caciques impondo nomes para o voto em

Então, se isso se configurar no Brasil, não tenho dúvida nenhuma, srs. deputados, de que vamos ver aqui, talvez com mais intensidade, a repetição do que estamos vendo lá fora. Por quê? Porque vivemos num país onde ainda, lastimavelmente, o "caciquismo" manda em alguns estados. Mesmo na região sul, mais desenvolvida, ainda há os famosos caciques políticos. No norte, então, isso é uma realidade da qual ninguém pode fugir.

Com o advento do voto em lista, os senhores não acham que teremos na cabeça dessas listas - e logicamente os prováveis eleitos - os apadrinhados, aqueles que os caciques pretendem que sejam eleitos e que muitas vezes não têm a menor condição de sêlo por conta de problemas de toda ordem com a própria Polícia, inclusive, e que podem, efetivamente, se eleger por conta da decisão da cúpula do partido?! E o eleitor, como é que fica?

Após uma eleição, se o eleitor vai cobrar de um determinado deputado alguma atitude, o deputado poderá olhar para ele e perguntar: "O senhor votou em mim"? Então, o eleitor responde: "Não, eu votei no seu partido". E aí o deputado diz: "Então, vá lá cobrar do partido"! O deputado pode muito bem falar isso. Não existe mais nome, não existe mais personalização do candidato como defensor da comunidade. O que existe é uma sigla partidária. E neste país - e estou vendo isso agora, e vou ver sempre, e vi já com antecedência outras vezes - são poucas as pessoas que aderem a um partido por conta da sua doutrina, por conta da filosofia do partido. São poucas as pessoas que fazem isso.

Eu entrei na política pelo PL porque sempre acreditei no liberalismo. A convicção que tenho é esta: quanto mais eu trabalhar, mais possibilidades eu tenho de subir na vida. Eu sou contra aquela coisa de nivelar todo mundo por baixo e que ninguém tem possibilidade. Eu não trabalho para sustentar um monte de vagabundo! Não! Eu acho que eu tenho que ter liberdade. Sempre gostei da liberdade de ação para poder subir na vida às minhas custas. Então, liberalismo. Depois, quando saí de lá, fui para o Partido da Frente Liberal e depois para o PSDB, onde estou até

hoje, o da social democracia, porque há o meu lado social também.

Sr. deputados, como o deputado Marcos Vieira está sinalizando para que eu ocupe todo o horário do partido, eu quero dizer, apenas para explicar aos senhores que me estão acompanhando pela TVAL e que aos estão aqui no plenário, que vamos cometer um grande retrocesso, se adotarmos neste país o voto em lista. Podem ter certeza do que estou falando! É muito bonito, é muito bacana e é muito romântico fortalecer o partido, mas na realidade isso não vai funcionar.

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - O deputado Ismael dos Santos não me deixa mentir, porque tem a mesma filosofia e o mesmo pensamento que eu tenho. Ouço v.exa., deputado!

O Sr. Deputado Ismael dos Santos - Somente para completar o seu pronunciamento, quero dizer que o voto em lista é o voto da carona. E mais do que isso será, sem dúvida nenhuma, neste país, o voto do suborno, o voto em que o partido vai legitimar uma condicão de balcão de negócios.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Para encerrar, quero dizer que sou adepto - e não sei como chamamos - ao distrital misto, ou seja, aquele em que os mais votados são eleitos. Isso seria o óbvio! Vamos dizer que os 40 candidatos mais votados são os que se habilitam a representar a população. Isso seria o mais correto!

Se colocarem o voto em lista, acabará Ismael dos Santos, acabará Nilson Gonçalves, acabará Padre Pedro Baldissera, lá do oeste, acabará tudo, e daí votaremos em sigla. Mas, se Deus quiser, não vai acontecer iseal

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Nilson Gonçalves.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Aldo Schneider, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALDO SCHNEIDER - Sr. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital, é uma satisfação voltar a esta tribuna para colocar a nova forma de fazer mídia publicitária em Santa Catarina através da verba governamental.

No dia de ontem, eu e o deputado Jorge Teixeira, a meu convite, fizemos um périplo, juntamente com o secretário de Comunicação do governo, Derly Anunciação, por todas as SDRS do alto vale do Itajaí, onde conversamos com todos os veículos de comunicação, desde rádios comunitárias, rádios comerciais, emissoras de televisão, até jornais e semanários.

Sr. presidente, foi impressionante a forma com que os veículos de comunicação nos receberam, tanto eu quanto o deputado Jorge Teixeira e o secretário de Comunicação do governo de Santa Catarina. Essa é uma prova inequívoca do atendimento uniforme o governo do estado tratou todos os meios de comunicação, desde que tivessem os seus documentos em condições de recebimento de recursos públicos, ou seja, as negativas

federal, estadual e municipal. Todos eles foram unânimes em afirmar e reafirmar que em Santa Catarina nunca foi feita uma distribuição de verba publicitária por parte de governo nenhum de forma tão democrática do que a partir de 2003, quando da ascensão do governador Luiz Henrique da Silveira.

Tive o privilégio e o prazer de ser secretário de Desenvolvimento Regional e nunca tinha percebido, por parte da imprensa catarinense, a sua satisfação. Evidentemente, ao longo de um dia todo caminhando pelas regiões do alto vale e do médio vale, logicamente que nos inteiramos de todos os fatos e atos com que a imprensa catarinense foi atendida por parte do governo do estado, através da secretaria de Comunicação.

Então, uso a tribuna deste Parlamento para, em meu nome e em nome do deputado Jorge Teixeira, que está aqui no plenário, agradecer ao secretário de Comunicação, Derly Anunciação, pelo espírito democrático de nos acompanhar, ontem, durante o dia todo, quando estivemos em todos os veículos de comunicação. E aí, obviamente, nas nossas andanças, pudemos perceber o quanto é importante que a imprensa catarinense faça o seu trabalho de forma independente e democrática.

Obviamente que a Secom, que está sob a responsabilidade desse profissional na área de comunicação, imprimiu o seu estilo de democrática, uma forma extremamente distribuindo, em função da periodicidade dos veículos de comunicação, а verba governamental, não discriminando ninguém. Os que não receberam foi porque tinham, num determinado momento. problemas documentos, mas que com a sua regularização passaram a receber automaticamente. E até porque quando o governo do estado paga a mídia para os veículos de comunicação ocorre um disparo no programa da secretaria de Comunicação e todos são atendidos de forma igualitária.

Então, não poderia deixar de registrar, nesta tribuna, a satisfação que temos de ver Santa Catarina na vanguarda quanto ao quesito da distribuição de verbas públicas na área da comunicação. Logicamente que sentimos como é importante para esses pequenos veículos de comunicação também a presença do governo naqueles pequenos municípios. É por isso que eu não tenho dúvida nenhuma de que essa metodologia que foi adotada pela Secom é a mais correta no que tange ao atendimento a todos os veículos de uma forma indiscriminada.

Também gostaria de dizer a todos os companheiros que - seja o governo no seu papel de realizar, seja a Oposição no papel de fiscalizar e de fazer as críticas construtivas - em todo o nosso trabalho no Parlamento e também no Poder Executivo nós precisamos da imprensa catarinense para divulgar esse trabalho.

Muitas vezes a nossa comunidade interiorana não tem condições de chegar até essa informação, através dos veículos de comunicação instalados na capital do estado. Mas agora, com esse trabalho que está sendo desenvolvido desde o ano de 2003, eu não tenho dúvida nenhuma de que todas as famílias catarinenses terão acesso à informação, seja informação do lado bom das ações governamentais, seja das críticas que nós, como governo, temos que receber. E devemos tudo isso aos pequenos veículos de comunicação, porque são a eles que a

comunidade local recorre para saber o que está acontecendo no seu município, na sua região e no estado de Santa Catarina. Por isso, eu enfatizo a importância que possuem esses pequenos veículos de comunicação, seja no menor ou no maior município.

Ontem, tivemos o honroso prazer de acompanhar o secretário, e nos lugares aonde chegamos, todos, indistintamente, sem exceção, seja nas reuniões públicas, seja nas visitas individuais a órgãos da imprensa catarinense na região do vale, foram unanimes em exaltar a forma democrática com que, a partir de 2003, todos os nossos veículos de comunicação foram atendidos.

Então, é isso que eu gostaria de registrar na tribuna da Assembleia Legislativa, além de cumprimentar o secretário de Comunicação do governo que está entrando agora no nono ano de gestão. Isso é sinal de que a sua forma de conduzir a comunicação em Santa Catarina está certa. E até porque se o nosso secretário não estivesse, de forma democrática, distribuindo as ações financeiras e também de notícias para todos os meios de comunicação, com certeza não estaria mais nessa função. E percebemos que todos os donos de veículos de comunicação pedem a permanência do secretário Derly Massaud de Anunciação.

Então, queremos, desta tribuna, enfatizar a dedicação do secretário Derly Massaud de Anunciação ontem, desde às 5h até a meia-noite, quando foi praticamente o nosso último contato com órgãos da imprensa na cidade de Gaspar.

Realmente, temos orgulho de fazer parte deste governo, porque procuramos, dentro da nossa simplicidade e do nosso conhecimento, levar informação a toda sociedade catarinense sobre todos os atos do governo.

Vemos que a área de comunicação também é tão importante quanto às áreas da educação, saúde e agricultura e até porque é a forma que temos para levar informação à sociedade catarinense nos mais longínquos rincões do nosso querido estado.

Assim, quero parabenizar a Secom e todos os seus funcionários que atuam nessa extraordinária secretaria, o ex-governador Luiz Henrique da Silveira, pela escolha desta pessoa de comunicação, o sr. Derly Massaud de Anunciação, e o atual governador Raimundo Colombo, pela manutenção do secretário Derly Massaud de Anunciação.

Gostaria de dizer a toda Santa Catarina que é muito bom trabalhar com pessoas competentes naquilo que fazem. E a área de comunicação no estado está muito bem servida, até porque somos testemunhas de como o secretário envolveu todos os municípios e regiões. Independentemente do tamanho do veículo de comunicação, todos eles, a partir do momento em que estivessem legalizados para receber recursos públicos, foram atendidos.

Então, quero deixar patenteado esse registro da forma como o secretário Derly Massaud de Anunciação conduziu a comunicação em Santa Catarina. E no mais gostaria de agradecer pela atenção das deputadas, dos deputados e desejar a todos uma boa-tarde.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Aldo Schneider.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Maurício Eskudlark.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, quero registrar a presença, nesta Casa, da vereadora Norma Espíndola, do município de Navegantes, a nossa querida vereadora Norminha sempre muito atuante e que aqui se faz presente preocupada com a questão das autoescolas e outros assuntos de interesse do município.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado pelo registro, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Darci de Matos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS -Sr. presidente, quero registrar, com satisfação, a presença do vereador Silvey Evandro Ferreira de Souza, do município de Timbó Grande, e também do vereador Edson Luiz Batista dos Santos. Sejam bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Na mesma linha, queremos registrar a presença do sr. Telmo Francisco da Silva, jornalista e proprietário do jornal *Folha da Cidade*, o mais antigo do município. E devo dizer que ele já foi presidente da Arena Jovem, presidente do PDS, presidente do PPR, presidente do PPR, presidente do PPR, vereador e hoje nos honra com a sua presença neste plenário. Além vir à capital para tratar de assuntos de interesse da sua empresa, também nos visita trazendo o seu apoio e a sua experiência em termos político-partidários.

Saiba que a sua presença muito nos honra, vereador Telmo Francisco da Silva, porque nós, que militamos juntos há muitos anos, temos certeza de que v.exa. em momento algum errou com a comunidade caçadorense e sempre buscou o melhor para ela e para o engrandecimento do setor políticopartidário de Santa Catarina.

Sinta-se à vontade, vereador Telmo Francisco da Silva!

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

(Pausa)

Na ausência de representante do PPS, os próximos minutos são destinados ao PDT.

Com a palavra o deputado Sargento Amauri Soares, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, público presente nesta Casa. quero, inicialmente, parabenizar todo o povo do oeste catarinense pelo titulo da Chapecoense de Campeão Estadual de 2011. Evidentemente que estávamos acompanhando - e se me permitem os sulinos, aqueles moradores e torcedores do Criciúma - e torcendo pela Chapecoense. Até porque é bom para o futebol de Santa Catarina que um time lá do oestão seja campeão. E esta já é quarta vez que a Chapecoense foi campeã; isso é bom para o futebol catarinense, pois creio que todos ficam fortalecidos.

Então, quero parabenizar a torcida de Chapecó e do grande oeste pela vitória, pela conquista do título estadual de futebol.

O Avaí joga amanhã com o Vasco da Gama, no Rio de Janeiro, pelas semifinais da Copa do Brasil, depois de ter derrotado o São Paulo por três a um, na última quinta-feira. Aliás, o grande São Paulo, acostumado a jogar com times pequenos em São Paulo, veio jogar com o Avaí e não deu certo. É o mesmo comentário que fizemos com relação ao Vasco da Gama que está acostumado a jogar com times pequenos e agora vai jogar com o Avaí. Então, precisa se preparar bem, porque o Avaí vem para ser campeão.

Das questões da nossa conjuntura política, administrativa, econômica e social do estado de Santa Catarina, nós, milhares de trabalhadores e parte considerável da população catarinense está esperando o desfecho da questão das autoescolas do nosso estado. Estamos numa expectativa grande para que saia esse acordo, para que possamos caminhar para a democracia e a justiça também nessa relação social.

É esse o nosso desejo e estamos mantendo a esperança de que isso possa acontecer no decorrer desta semana, através dos órgãos públicos, dos setores de governo, na área de segurança pública, do Detran, órgãos do Ministério Público, Procuradoria-Geral do Estado, e os deputados deste Poder que também, como parte da sociedade, como representação da sociedade, têm interesse nesta questão, no sentido de favorecer a sociedade.

Temos milhares de pessoas perdendo os empregos há quase dois meses, outras tantas pessoas tendo que viajar até 180 km para poder tentar fazer a carteira de motorista, mas não é possível que continue assim. Há que prevalecer a justiça no estado de Santa Catarina e não o protetorado e os feudos que têm tentado se constituir também nessa área, no estado de Santa Catarina.

Informo ainda que os praças da Militar do Corpo de Rombeiros realizaram uma assembléia na última sextafeira. E a situação é aquela que a gente tem descrito nesta tribuna e em todos os outros lugares que temos conseguido acesso. Existe uma angústia, uma perda de esperança, uma perda de expectativa com relação ao futuro dentro da instituição, tanto que continuam acelerados os pedidos de aposentadoria, inclusive os pedidos de baixa. Os novos estão saindo, procurando outra profissão, e os antigos que têm tempo e conseguem averbar estão pedindo aposentadoria. Não é por menos, a falta de anistia, o travamento da carreira, soldados com 24 anos, 25 anos de serviço na mesma graduação, a discriminação salarial, enfim, tudo isso trabalha contra a segurança pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Encerado o horário destinado aos Partidos Políticos, passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei n. 0095/2011.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0112/2011, de origem governamental, que altera o art. 6º da Lei 15.382, de 2010, que autoriza a cessão de uso de imóvel no município de Florianópolis.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, de Administração e de Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Nós temos uma solicitação que está fora da pauta, de origem desta Casa, que é a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal, que vai ser tratada no Congresso da Unale, que inicia na próxima quarta-feira. Essa iniciativa tem a necessidade de ser composta por 14 Assembléias Legislativas.

Por isso, submeto aos srs. líderes para saber se podemos votar hoje o projeto de resolução que aprova a apresentação ao Senado Federal das Propostas de Emendas Constitucionais constantes dos anexos I a VI dessa resolução, nos termos para os seus fins dispostos no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Pode tramitar?

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH -Eu proponho deixar para amanhã, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Deputado Dirceu Dresch, somente sugiro a v.exa. que precisamos ter vistas do processo, porque temos que aprová-lo e votar a redação final para ser deliberado na quarta-feira na conferência da Unale.

O que podemos fazer é tocar os requerimentos para que v.exas. possam olhar a matéria, mas se não quiserem, podemos deixar para amanhã.

Será incluído na pauta da Ordem do Dia de amanhã.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0273/2011, de autoria do deputado Mauro de Nadal; 0274/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0275/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0276/2011, de autoria do deputado Dóia Guglielmi; 0277/2011 e 0278/2011 de autoria do Guidi; Altair 0279/2011 deputado 0280/2011, de autoria da deputada Ana Paula Lima; 0281/2011, de autoria do deputado José Nei Ascari; 0282/2011, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0283/2011, de autoria do deputado Joares Ponticelli; e 0284/2011 e 0285/2011 de autoria do deputado Maurício Eskudlark, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Fsta Presidência defere Requerimentos n.s: 0557/2011 e 0573/2011, autoria do deputado Manoel Mota; 0558/2011, de autoria do deputado Reno Caramori; 0559/2011, de autoria do deputado Marcos Vieira; 0561/2011 e 0562/2011, de do deputado Carlos Chiodini: 0563/2011 e 0564/2011, de autoria do deputado Edison Andrino; 0565/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderschedt; 0567/2011, de autoria do deputado Pedro Baldissera; 0570/2011, de autoria do deputado Antônio Aguiar; e 0571/2011 e 0572/2011, de autoria do deputado Maurício Eskudlark.

Requerimento n. 0560/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro da Pesca e Aquicultura, pedindo melhorias no atendimento oferecido ao escritório regional desse ministério no estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0566/2011, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera, que solicita o envio de mensagem telegráfica à diretoria da OI no estado, pedindo a instalação de antena retransmissora de sinal de telefonia móvel e ampliação da área de cobertura que circunscreve o município de Seara e região.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0568/2011, de autoria da deputada Angela Albino, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro dos Transportes e ao superintendente regional do DNIT, apelando por medidas administrativas emergenciais no sentido de que seja construída uma passarela no km-226 da BR-101, no município de Palhoça.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Joares Ponticelli - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Joares Ponticelli.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Sr. presidente, eu não consigo compreender o porquê dessa insistência de alguns de manter o poder da Assembleia reduzido, para fazer um discurso bem diferente lá na comissão de Constituição e Justiça. É incompreensível.

Eu, infelizmente, estava numa entrevista exatamente sobre a conferência e aquilo que foi acordado na comissão, hoje de manhã, foi esquecido. Eu não compreendo a dificuldade do deputado Dirceu Dresch de cumprir o acordo. Acordamos, hoje de manhã, na comissão, e parece que foi proposital. Estava concedendo uma entrevista e não sei por que ele não quer ampliar o poder das Assembleias.

Estamos aqui tentando dar uma autorização para fazer uma discussão no Senado, que vai demandar tempo. Essa matéria ficou presa na bancada do PT durante um ano e meio. Amanhã é a conferência. As outras Assembleias aprovaram, e não dá para entender por que a discussão não é feita às claras. Depois, para apresentar matéria incons-

titucional, porque não mudamos esse dispositivo, aí o discurso fácil, parece que é o que vale, que é o que pondera. Não consigo compreender!

Quero fazer uma ressalva: o deputado Volnei Morastoni havia assumido o compromisso, honrou o compromisso na comissão, mas agora, numa manobra - e considero essa atitude uma manobra -, que não consigo entender qual é o objetivo... E quero manifestar a minha incompreensão, pois honestamente não consigo compreender, mas parece que é para manter o discurso fácil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Requerimento n. 0569/2011, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o envio de mensagem telegráfica à operadora OI, pedindo a extensão do sinal de internet na estrada Bom Fim, no município de Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0574/2011, de autoria do deputado Manoel Mota, requerendo a constituição de Fórum Parlamentar em Defesa da Rodovia Interpraias.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0575/2011, de autoria do deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à presidente da comissão de Educação da Câmara Federal e ao deputado Pedro Uczai, pedindo a realização de seminário para debater a expansão do IFC na região de Capinzal e Ouro.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permanecam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n. 0578/2011, de autoria do deputado Aldo Schneider, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao ministro do Meio Ambiente e outras autoridades, apelando pela manutenção do escritório do Ibama em Rio do Sul.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Moção n. 0042/2011, de autoria do deputado Darci de Matos, a ser enviada à bancada na Câmara Federal e no Senado Federal, apelando aos líderes a apresentação de proposição de alteração da lei regulamentadora do seguro DPVAT, incluindo na

mesma, de forma obrigatória, os danos materiais ocasionados contra terceiros, estabelecendo parâmetros para a indenização.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Moção n. 0043/2011, de autoria da deputada Dirce Heiderscheidt, a ser enviada ao presidente da República e outras autoridades, apelando para que sejam alteradas as regras de cálculo do Imposto de Renda, permitindo a dedução em dobro das despesas com dependentes e educação de dependentes adotados tardiamente.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH -Sr. presidente, o nosso compromisso com o projeto é votar esta semana e ainda há tempo para votar amanhã.

O deputado Volnei Morastoni não está aqui neste momento e foi proposto que votássemos amanhã. Estamos à disposição para votar amanhã a redação final.

Muito obrigado, presidente. Era só esse esclarecimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O projeto será incluído automaticamente na pauta de amanhã, independentementede qualquer manifestação, até porque vai ser lido hoje no plenário e amanhã vai ser encaminhada automaticamente.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Ismael dos Santos.

O Sr. Deputado Jean Kuhlmann - Peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Jean Kuhlmann.

O SR. DEPUTADO JEAN KUHLMANN - Sr. presidente, gostaria de agradecer pela compreensão de todos os parlamentares e registrar que neste momento, como líder do governo *ad hoc,* tive, hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça, a compreensão, a atenção de todos os parlamentares. No plenário, nesta tarde, também tive a atenção de todos.

Quero aqui apenas, sr. presidente, colocar-me à disposição para ser, realmente, o interlocutor desta Casa com o governo, para que possamos esclarecer qualquer dúvida que os srs. parlamentares tenham com relação à conduta, com relação à postura, às ações do governo, seja na questão executiva como também no aspecto legislativo.

Quero aqui agradecer novamente e reiterar o meu compromisso do diálogo, porque

tenho certeza de que a grande atividade da liderança do governo é, sem dúvida alguma, sr. presidente, exercer o diálogo entre os parlamentares e o Poder Executivo. É dessa forma que pretendo agir durante essas duas semanas em que substituo o deputado Elizeu Mattos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Em Explicação Pessoal, tem a palavra por até dez minutos, a deputada Ana Paula Lima, por um acordo feito entre o deputado Ismael dos Santos e essa deputada, com inversão de pauta.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Muito obrigada, sr. presidente, muito obrigada ao deputado Ismael dos Santos por nossa troca de horário. Aqui é um Parlamento em que nos damos bem, e essa troca de gentileza faz bem para a democracia.

Gostaria de falar, sr. presidente, sobre um tema que nos causa até certa repugnância. Como mãe, como deputada estadual, também me sinto na obrigação de convocar, apesar de um ser um tema de que não gostamos muito de abordar, deputado Ismael dos Santos, a população catarinense para unir forças amanhã, dia 18 de maio, Dia Nacional de Combate ao Abuso Sexual contra Crianças e Adolescentes, porque não dá para entender, sr. deputados, sras. deputadas Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti, tamanha covardia contra as nossas crianças e adolescentes.

Vinha hoje da cidade de Blumenau e estava comentando no carro de como pode um ser humano cometer tamanha atrocidade contra uma criança ou adolescente. Falo isso, deputada Dirce, pelas notícias, todos os dias, nos nossos iornais, na televisão e também através dos rádios, mas, às vezes, as pessoas não se tocam do tamanho problema, do agravamento desse problema que estamos enfrentando em nosso Brasil, que é o abuso sexual de crianças e adolescentes. É uma covardia! Tanto de homens, quanto de mulheres. mas principalmente. srs. parlamentares, sras. deputadas, de homens fazem isso com crianças adolescentes.

Estava vindo, conversando isso no carro, como bem frisei, sobre um senhor que não sei se merece o meu respeito e o da sociedade, de 52 anos, bancário, da cidade de São José, esse que foi divulgado, fora aqueles outros abusos sexuais que não são divulgados pela imprensa e que acontecem diuturnamente, inclusive, dentro das casas, pelos pais, padrastos, tios, primos, contra a criança e adolescente. Mas esse senhor que não merece o nosso respeito também, dentro do seu lar, cometia essas atrocidades. Foi preso, claro.

Isso vai resolver o problema? Não, porque o estrago que ele fez nos meninos, a maioria eram eles, é intolerável! Após a investigação que envolveu inclusive o FBI, foi preso esse homem, esse senhor de 52 anos e, em seu poder, srs. deputados, foi apreendido farto material pornográfico, vídeos, fotos, imagens de crianças sendo submetidas a atos sexuais com adultos. Lamentável, não sei se é doente, perverso, mas fazer isso? Ele que é casado e tem filhos também.

Outro caso: o de um tio apaixonado pela sobrinha de 11 anos, também na região da Grande Florianópolis. São casos que a imprensa divulga, deputado Sargento Amauri Soares, fora os casos que não são divulgados. Mas esse tio, apaixonado pela sobrinha de 11

anos, foi à sua casa, disparou o revólver contra ela, não a matou, deputada Luciane Carminatti, mas depois de acontecer todo esse fato também tentou tirar a sua vida. Inclusive, os dois estão internados num hospital da Grande Florianópolis para recuperação. O estrago no corpo tem remédio, mas o estrago na mente vai demorar muitos e muitos anos para ser restabelecido.

Há poucos dias também, srs. deputados e sras. deputadas, em um matagal, num município próximo a Tijucas, foi encontrado o corpo de uma menina de 11 anos espancada até a morte, depois de ser abusada sexualmente por um homem de 23 anos, que confessou o crime. Ele está preso, mas a dor daquela família é incalculável.

Convocamos toda a sociedade para amanhã, dia 18 de maio, fazer um dia de reflexão no sentido de por fim a esse tipo de crime. As crianças e os adolescentes precisam ser tratados com carinho e respeito, pois eles serão os adultos de amanhã e estarão ocupando os nossos lugares. Que sociedade teremos, se estamos tratando a criança e o adolescente dessa forma?

Esses são apenas alguns exemplos que a imprensa noticiou neste final de semana, fora aqueles que não ficamos sabendo. Como diz esse panfleto, mais de 500 crianças e adolescentes são abusados sexualmente no estado de Santa Catarina.

Eu sou uma pessoa de 47 anos. Meus pais, quando eu era garota, já me avisavam para não pegar carona com estranhos, para me comportar de forma adequada. E quando eu era criança nem passava pela minha cabeça que esse tipo de crime acontecia. Agora existe o Disque 100, através do qual pais, mães, crianças e adolescentes podem fazer a denúncia.

Em Santa Catarina, 500 crianças, essas que tiveram a capacidade de fazer a denúncia, foram abusadas sexualmente por homens e mulheres. Temos que sair do papel de testemunha passiva e assumir com indignação e coragem a luta, a resistência, o combate ao abuso sexual infantojuvenil.

muitas Durante décadas permanecemos sob o manto da ignorância e do desconhecimento, o que tornou avassalador o dessa forma de crescimento violência. Atualmente, através do Plano Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, a sociedade passou a ter um canal de comunicação com o poder público e com o Judiciário, possibilitando a avaliação da dimensão da violência e do sistema de proteção às vítimas.

O empenho da sociedade civil como protagonista da mobilização social foi e continua sendo de grande importância para o enfrentamento de problemas e para a busca de soluções efetivas. Da mesma forma. mecanismos de combate, como o Disque 100, somente em 2010 registraram cerca de 150 mil denúncias de abuso infantojuvenil neste país! Isso equivale a 398 denúncias por dia ou a 16 denúncias por hora, somente no ano passado! Mais de 49 mil desses registros foram de violência sexual, o equivalente a 34% das denúncias recebidas, através do Disque

Em Santa Catarina temos o *slogan:* "Quebre esse silêncio e seja a voz daqueles que não podem falar". Que possamos ser a voz das crianças e dos adolescentes que não podem falar! A sociedade está sendo convocada para erradicar esse problema neste

estado. Há uma iniciativa também do Ministério Público de Santa Catarina, e a mídia têm feito um belíssimo trabalho.

Segundo dados oficiais, em Santa Catarina, 90% dos abusadores são homens em idade adulta, pais, padrastos, tios, parentes próximos, dois quais as crianças e adolescentes deveriam receber cuidados, proteção, amor e carinho. Infelizmente, são esses os abusadores, os que estão mais próximos das crianças. As meninas, sras. deputadas e srs. deputados, são vítimas de 76% desses casos e 37% delas têm menos de 11 anos de idade.

Em nosso estado são atendidos cerca de 500 casos por mês, porém, segundo especialistas, apenas 10% dos casos de abuso sexual intrafamiliar são revelados, já que a maioria das pessoas não tem coragem de denunciar esse crime.

Por isso, sras. deputadas e srs. deputados, faço um apelo à sociedade civil, incluindo a família, a escola, as igrejas, as instituições de atendimento, as universidades, no sentido do compromisso de enfrentarmos de uma vez por todas a violência sexual, responsabilizando os atores dessas atrocidades. Temos que romper definitivamente o silêncio, pois a covardia desses homens em atentarem contra crianças e adolescentes merece o nosso mais veemente repúdio.

Unamo-nos para acabar com essa barbárie em Santa Catarina!

Muito obrigada.

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. e srs. deputados, faço uso da tribuna, na tarde desta terça-feira, para tecer alguns comentários relacionados à audiência realizada na tarde de ontem, na sala de imprensa, na qual contamos com a participação do presidente do Fórum Parlamentar Catarinense, deputado federal Edinho Bez, do presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa, e dos deputados estaduais Joares Ponticelli e Reno Caramori.

O objetivo da referida audiência foi o de prestar esclarecimentos sobre o que foi acordado quando da audiência pública ocorrida em Brasília, ocasião em que as bancadas catarinenses, estadual e federal, os senadores, a imprensa, as entidades de classe organizadas e inúmeras lideranças, feito ímpar na história, cobraram uma posição do governo federal referente à duplicação do trecho sul da BR-101.

Naquela audiência ficou acordado, através do diretor Luiz Pagot, que pela primeira vez na história haveria o acompanhamento integrado da bancada estadual e da bancada federal, através da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano, de toda a execução e da licitação dos trechos que ainda estão com problemas junto aos órgãos ambientais. O DNIT se comprometeu a elaborar um relatório circunstanciado e assim o fez. Ontem, portanto, tivemos a oportunidade de apresentar nesta Casa esse relatório.

Também ficou acordado que a Fiesc, através do engenheiro Ricardo Saporiti, fará um acompanhamento paralelo, não se contrapondo de forma destrutiva, muito pelo contrário, mas de forma construtiva, no sentido da orientação e do alerta para que situações ocorridas no

passado, das quais o DNIT nem tinha conhecimento, não mais aconteçam.

Nos momentos em que devemos criticar, temos que o fazer, mas nos momentos em que devemos elogiar, também precisamos ter a capacidade de assim proceder. Preciso elogiar a atitude do DNIT, que cumpriu o que foi acordado naquela audiência pública na qual estiveram presentes 16 deputados estaduais, inclusive v.exa., deputado José Milton Scheffer. E ainda, a partir de hoje, a Fiesc vai, através do dr. Ricardo Saporiti, percorrer todos os pontos críticos que foram levantados nesse relatório elaborado pelo DNIT, para verificar a veracidade das informações. Acredito que são verídicas, porque estão documentadas e assinadas.

Entre os dias 15 e 16 do mês de junho, teremos a participação da direção federal do DNIT em uma audiência com o Parlamento catarinense e todas as entidades organizadas, dentre elas a Fiesc e o Crea, para fazer uma acareação mais precisa, profunda e detalhada de todo o procedimento de elaboração da construção do trecho sul da BR-101

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Pois não!

O Sr. Deputado José Milton Scheffer - Prezado, deputado, aproveitamos a oportunidade para cumprimentá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo e também para dar o nosso testemunho.

Para nós, que residimos naquela região, é visível a importância da mobilização que Santa Catarina vem fazendo, porque de uma vez por todas a Construcap, que é responsável pelo consórcio de execução do lote 29, desencantou e a obra está acontecendo num ritmo bastante acelerado, forte. E quero reconhecer toda essa mobilização que vem sendo feita em Santa Catarina, junto ao DNIT, no sentido de acelerar as obras. Muito ainda é preciso fazer, é verdade, porque o atraso é bastante grande e a importância da obra também, mas as coisas já mudaram.

Neste último sábado, deputado, fiquei das 20h até as 4h no Hospital Regional de Araranguá, atendendo a uma jovem, filha de um amigo, que foi vítima de um acidente no trecho não duplicado da BR-101 e que está correndo risco de vida. Tudo isso denota a importância do trabalho de v.exa. à frente dessa comissão e de mantermos a mobilização ativa até a conclusão do último metro de asfalto na BR-101.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Obrigado, deputado, pois v.exa., que diuturnamente trafega naquele trecho, tem presenciado vários acidentes, muitos deles, inclusive, além dos danos materiais, com vítimas fatais.

Quero registrar a presença do deputado Manoel Mota na reunião de ontem, na condição de vice-presidente da comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano.

Sr. presidente, no relatório está expresso todo o cronograma das obras que estão em andamento. Estão de fora aquelas que ainda não foram licitadas ou que já foram objeto de licitação, mas não o desfecho final, porque estão presas a questões ambientais.

Na sexta-feira passada, inclusive, tivemos a oportunidade de participar, no município de Palhoça, no auditório da Cidade Universitária Pedra Branca, de uma audiência pública promovida pelo Ibama e pelo DNIT, relacionada ao Morro dos Cavalos, pois a concepção do projeto foi mudada. Anteriormente iria ser feita a construção de um túnel, mas agora são dois túneis. Inclusive, no da parte sul há um prolongamento chamado de túnel falso. Esse prolongamento vai evitar os desmoronamentos futuros, em função de chuvas que têm ocorrido frequentemente em Santa Catarina.

Isso com certeza, pelos dados, vai acrescer o orçamento em mais, aproximadamente, R\$ 400 milhões. Então, vejam a importância e a magnitude do investimento. Trata-se de uma obra cuja técnica precisa ser muito aprimorada. É necessário um conhecimento técnico muito elevado para a sua realização e, pela estimativa do DNIT e do Ibama, até o final do mês de setembro teremos todos os procedimentos relacionados às questões ambientais sanados e, a partir daí, a deliberação para que possamos lançar o edital da licitação.

Esperamos que a partir do início do próximo ano, 2012, tenhamos o início dessas obras. A previsão para a construção desses túneis é de aproximadamente 36 meses, ou seja, três anos. Isso não foge do apresentado no diagnóstico da Fiesc, que muitas vezes foi contestado com veemência pelos técnicos do DNIT.

Portanto, esperamos que essa obra esteja totalmente pronta em 2016.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Muito obrigado, deputado Valmir Comin, mas não sou tão pessimista assim.

A próxima oradora inscrita é a sra. deputada Luciane Carminatti, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

A SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - Quero cumprimentar o presidente, os srs. deputados que se encontram nesta sessão, os ouvintes da Rádio Alesc Digital e também os telespectadores da TVAL.

Minha manifestação inicial, sr. presidente, é com referência à nossa querida Chapecoense, que desde 1973 tem-se superado e buscado com muita raça, coragem e determinação, tanto por parte da diretoria quanto dos torcedores, por essa conquista, a do tetracampeonato no último domingo.

A Chapecoense, a exemplo de muitos empreendimentos ditos pequenos, tem uma folha de pagamento mensal de R\$ 200 mil, ao passo que os outros times gastam em média R\$ 1 milhão por mês. Tem a quinta maior folha salarial do estado e está atrás do Avaí, do Figueirense, do Criciúma e do Joinville. Tem o patrocinadores, apoio de pois muitos empresários colocam recursos para ver o nosso time com o brilho que apresentou no último campeonato. Também conta com o apoio do poder público, da torcida, dos sócios e dos colaboradores. Os jogos na Arena Índio Condá contam com uma das maiores médias de público, chegando a seis, sete mil torcedores por jogo, sendo que nos últimos jogos tivemos uma média de 13 mil torcedores. Nas 22 partidas obteve 12 vitórias, seis empates e quatro derrotas.

Então, quero fazer essa menção à cidade que nasci e a esse time. Lembro-me quando ia com meu pai assistir aos jogos da Chapecoense, que sempre enfrentamos dificuldades por ser um time do interior do estado, assim considerado, para vencer o Campeonato Estadual.

Assim. 0 maior feito Chapecoense, srs. deputados, foi vencer o que era muito difícil de vencer, mas acho que todos os times merecem o nosso reconhecimento, porque sem os outros não haveria campeonato. Mas vale dizer que foi com muita raça, com pouco recurso e com muita determinação de equipe que o nosso comandante Mauro Ovelha conseguiu trazer esse resultado maravilhoso para a torcida e merece, com certeza, de uma chapecoense o nosso reconhecimento, o nosso gesto singelo de homenagem a esse time e a todos, como já falei, que também participaram desse campeonato.

Quero, neste segundo momento da minha fala, fazer o registro, deputado Jorge Teixeira, do grande problema que será instalado em Santa Catarina a partir de amanhã. Trata-se da manifestação do governo do estado ao sindicato da educação quanto ao fato de não apresentar, lamentavelmente, nenhuma proposta que realmente convencesse os professores de que este governo governa pensando efetivamente nas pessoas. E vamos lembrar aqui que o atual governo se elegeu dizendo que as pessoas estão em primeiro lugar.

Pois bem: se for verdade que as pessoas estão em primeiro lugar, quem forma as pessoas neste estado é a categoria do magistério e sem essa profissão maravilhosa não teríamos advogados, professores, médicos e motoristas. Inclusive, depois de uma pesquisa realizada pelo jornal *Diário Catarinense* no início deste ano, foi constatado que a expectativa da população catarinense, quando se trata de desenvolver o estado, é de que a educação é a principal força para desenvolver o estado de Santa Catarina no futuro.

Foi realizada, hoje, uma audiência entre o governo do estado e o Sindicato dos Trabalhadores da Educação e em nenhum momento o governo, desde janeiro deste ano, fez algum gesto nobre que demonstrasse vontade de implementar em nosso estado o piso nacional do magistério.

Eu quero dizer aos deputados e a todos que acompanham esta sessão que o nosso governo está perdendo tempo, pois ele tem recurso, tem lei, tem decisão judicial e tem apoio da sociedade. Então, ele está brincando com os professores, porque um governo tem que dar exemplo no cumprimento da lei. Já temos uma lei. O que falta a este governo? Falta somente disposição de sua parte para demonstrar para a categoria do magistério que vai construir um processo para o pagamento desse piso. E o Sinte/SC sabe que o governo não aplica a lei de hoje para amanhã. No entanto, em nenhum momento o governo sinalizou que vai pagar esse piso aos professores.

O estado do Rio Grande do Sul, que é vizinho ao nosso estado, também era autor da Adin que era contra a implantação do piso salarial, mas ele já concedeu, no mês passado, 10,91% para além do debate do piso, porque com relação ao piso salarial existe uma comissão discutindo quando será implantado. Mas imediatamente, em caráter emergencial, aquele estado concedeu 10,91% para todos os aposentados, professores efetivos e também para os pensionistas da área da Educação. Para todos!

Quero dizer com isso que existe um lema que os professores estão adotando: Pague o piso ou Pague o Preço. Esse é o recado que está sendo dado ao governo do estado. E quero dizer mais: se a partir de amanhã tivermos em Santa Catarina escolas fechadas, professores na rua, alunos voltando para casa e pais questionando por que está ocorrendo greve, o governo tem que se explicar, porque ele está hesitando em aplicar uma lei. Infelizmente, essa é a realidade.

Como é que um governo republicano, composto por mais de 20 estados, consegue ser diferente de outros tantos estados que já aplicam o piso nacional desde 2008? Por que Santa Catarina tem que ser diferente nesse quesito? Essa é a grande pergunta.

E queremos dizer aos srs. parlamentares е а auem nos está acompanhando, na tarde de hoje, aue manifestamos mais uma vez a nossa solidariedade a todos os educadores deste estado: aos que estão trabalhando, aos que são professores inativos, aos que estão aguardando o cumprimento de uma lei. Quero dizer também que estamos aguardando o gesto deste governo de sinalizar que é um governo que cumpre a lei, que não é um governo fora da lei.

Muito obrigada! (SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados aqui presentes, anotei alguns assuntos para falar, entre eles uma moção da Câmara de Vereadores de Monte Carlo, que reivindica a recuperação da SC-456, no trecho entre Campos Novos, Monte Carlo e Fraiburgo. Essa moção foi aprovada hoje, na Ordem do Dia, sendo atendida essa reivindicação.

Sabemos da preocupação do secretário Valdir Cobalchini com as rodovias de Santa Catarina, mas com o trabalho de recuperação que está fazendo vai melhorar muito as nossas rodovias.

Recebemos também o material da semana de ação mundial pela educação livre de discriminação. É uma iniciativa da campanha global pela educação que acontece desde 2003, para exigir que governos de todo o mundo cumpram os acordos internacionais dos programas da área da Educação.

Nessa campanha é tratada a questão do *bullying* nas escolas, dos preconceitos, das deficiências, da raça, da etnia. Hoje, as deputadas Ana Paula Lima e Luciane Carminatti falaram sobre segurança e pedofilia. Foi realizada mais uma prisão, em Santa Catarina, pela Polícia Federal, como também foram realizadas outras ações no combate a esse tipo de crime.

Eu, que tenho 30 anos de atividade policial, acompanhei aquela investigação da DEIC, presidida pelo delegado Renato Hendges. E as fotografias, as imagens de violência sexual gravadas por esses marginais, por esses doentes, por esses tarados, são coisas revoltantes. Mesmo o policial que está acostumado a ver ações com sangue, com violência física, fica chocado ao ver essas imagens de violência sexual contra as crianças. É um crime revoltante e um dos mais graves da face da humanidade, que precisa, efetivamente, de ações firmes.

Nós aprovamos, hoje, na comissão de Constituição e Justiça, uma alteração na lei das *lan houses*, proposta pelo deputado Darci de Matos, que procura cada vez mais obter um controle maior das pessoas que utilizam

equipamentos, computadores em cibercafes e lan houses.

Em 2006, quando estivemos na Assembleia Legislativa, já tínhamos entrado com um projeto de lei procurando regulamentar as *lan houses*. Por quê? Porque não havia nenhum controle e qualquer pessoa podia utilizar um computador para a prática de crimes, para a prática de extorsão, para a prática de crimes de sequestro. E a nossa preocupação maior era a utilização desses ambientes por crianças e adolescentes sem que houvesse qualquer tipo de controle. As famílias pensavam que a criança ou o adolescente estava na aula, mas na realidade estava nesses estabelecimentos fazendo uso do computador.

Essa época foi um período curto e por isso não foi possível aprovar esse projeto, mas depois, com aquela investigação que falei anteriormente, referente aos crimes de pedofilia, esta Casa acelerou e foi aprovada e assinada rapidamente a lei de controle das *lan houses*, sendo feitas algumas alterações no sentido de buscar um maior controle.

O objetivo é aprovar esse projeto até amanhã quando teremos, pelo que sei, o lançamento dessa semana que tem como objetivo um maior cuidado às escolas e o fim dessas desigualdades.

É um trabalho mais psicológico do que policial. Acompanhamos muitos casos de pessoas envolvidas com esse tipo de crime e, se for feito um histórico, verificaremos um problema muito grave: são repetidos os casos de a pessoa voltar a praticar o delito. É incrível como as pessoas que praticam crimes sexuais, que passam muitas vezes anos nos presídios, quando são liberadas voltam a praticar esse tipo de crime.

Então, o estado tem que ter um tipo de controle durante aquele período da prisão, como também depois da soltura dessas pessoas, porque muitos casos de reincidência são registrados nesse tipo de caso.

Não sei se é alegria ou preocupação, talvez alegria de alguns, tristeza de outros, mas foi sancionada pela presidente Dilma Rousseff a Lei n. 12.403, que trata das penas alternativas e dá alternativas à prisão preventiva.

Eu acho que é uma forma que os legisladores federais e o governo acharam de esvaziar um pouco os presídios. E ao invés de investir, de colocar mais segurança à disposição da população, a lei ficou mais branda. Antes, a autoridade policial, o delegado de Polícia, a legislação somente permitia que ele arbitrasse fiança nos crimes com detenção até dois anos. Com essa lei amplia até para quatro anos e amplia os casos em que o juiz pode fixar também outro tipo de alternativa. Por exemplo, o uso da tornozeleira na pessoa e ela assumir o compromisso de não sair de sua residência.

Claro que para as pessoas de bem, para aqueles que praticam um ato involuntário, um ato infracional ou criminoso por um momento de cabeça quente, essa lei ajuda. Ela permite a algumas pessoas de bem que tenham se envolvido em algum ato de forma involuntária ou às vezes impensado por algum momento poder responder em liberdade. Mas a minha preocupação é que abrange muito, aumentando as penas até quatro anos.

É difícil o tipo de crime em que a pessoa que for pega em flagrante ou fora do flagrante vá permanecer em regime fechado.

Então, é uma legislação que devemos analisar com o correr do tempo, está ainda na

sua vacatio legis, ou seja, 60 dias desde a publicação até entrar em vigor. E esperamos, quando entrar em vigor, que não sirva para esvaziar os nossos presídios colocando nas ruas marginais e autores de crimes.

É claro que o aplicador da lei, o juiz, vai analisar, há a questão dos impedimentos, da reincidência de condenação, mas sempre que houver algum problema neste país, em vez de se investir, de se buscar alternativa mais firme no combate ao crime, o que tem acontecido é uma legislação mais benevolente. Tanto que há pouco tempo os nossos presídios, que a grande maioria das vagas era para o regime fechado, tiveram que se adaptar para o semi-aberto, porque a legislação aumentou em muito o número de pessoas que seriam beneficiadas com esse tipo de penalização e de cumprimento da pena.

Então, é muito importante os policiais, os advogados, os juízes e os promotores acompanharem essa questão, porque eles é que terão capacidade de analisar para quem deverá ser aplicada essa lei, especialmente a população, que no dia a dia está sofrendo com esse momento de preocupação com a criminalidade.

Participamos, deputada Luciane Carminatti, sei que v.exa. está junto conosco nessa questão, de uma audiência pública para tratar da questão de segurança em vários municípios do oeste, especialmente em São Miguel d'Oeste. Estivemos no litoral, em Navegantes e em Balneário Camboriú, fazendo segurança, porque essa questão ainda causa preocupação.

Para finalizar, quero dar parabéns à Chapecoense!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Eu, que sou oriundo do sul do estado, residindo há muito tempo em Criciúma, também parabenizo o Criciúma que, mesmo ficando em segundo lugar, fez uma bela disputa.

Parabéns também à Chapecoense!

Coma a palavra o próximo orador inscrito, sr. deputado Joares Ponticelli, da cidade de Tubarão.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Muito obrigado, presidente.

Deputado Maurício Eskudlark, catarinenses que nos acompanham através da TVAL e da Rádio Alesc Digital, estamos a apenas 30 horas ou um pouco mais que isso da abertura da nossa 15ª Conferência Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais.

Nos últimos dias, as notícias têm-se multiplicado e a sociedade catarinense vem tomando conhecimento desse importante evento que estamos, desde dezembro, trabalhando na sua organização, para que seja um sucesso a partir da noite de amanhã. E esta Casa Legislativa tem um grupo de mais de 70 funcionários, 70 colaboradores, que estão pelo menos há três meses trabalhando intensamente nisso.

Quero, desde já, agradecer a todos, à Mesa Diretora, na pessoa do deputado Gelson Merisio, e aos servidores de todos os departamentos que nos estão auxiliando muito na organização desse evento.

A Unale não teria condições de realizar um evento dessa envergadura com a sua equipe de profissionais porque, embora dedicada, é uma equipe muito pequena. E certamente, se tivéssemos que contratar uma

empresa para a realização do evento, os custos da nossa conferência se elevariam muito e não teríamos oportunidade de mostrar também os valores dos servidores desta Casa Legislativa.

Eu estou muito contente com a dedicação dos nossos servidores e com o empenho de todos para o sucesso desse evento em Santa Catarina.

É a primeira vez, deputado Jailson Lima, que sediamos um evento desse porte. Eu participei da maioria das conferências, e sempre que participava das cerimônias de abertura imaginava um dia o nosso estado sendo sede. E, para nossa alegria, deputado Maurício Eskudlark, esse dia está próximo e a nossa já é a maior de todas as conferências realizadas pela Unale em todos os tempos. Até duas horas atrás, e esse dado está-se atualizando de tempo em tempo, nós já tínhamos um total de 918 inscricões confirmadas, sendo 242 de deputados e 579 de participantes, dentre os quais 219 são de Santa Catarina.

Além dessas inscrições, vamos ter a presença de nove delegações internacionais. É a primeira vez que um volume tão grande de delegações internacionais comparece à nossa conferência. Já temos algumas delegações chegando e outras irão chegar amanhã. São representantes do Parlamento da África, da Argentina, do Canadá, da China (são 25 representantes do Parlamento chinês), do Chile, da Espanha, do México, do Uruguai e do Paraguai.

Portanto, de amanhã à noite até sexta-feira, deputado Maurício Eskudlark, Santa Catarina, Florianópolis e a nossa Assembleia estarão no centro de uma grande discussão nacional de temas que considero extremamente importantes e oportunos. E aí tivemos um tanto de sorte até na escolha da temática, e talvez por isso que a conferência, por antecipação, já é a maior de todas. Quando escolhemos os temas em dezembro e resolvemos convidar Luis Nassif para falar sobre economia, ninguém imaginava que a economia, nesse momento da conferência, estaria borbulhante e inspirando tantas preocupações.

Quando decidimos convidar Henry Grimbeek, que ajudou a organizar a Copa do Mundo na África do Sul, ninguém imaginou que em maio deste ano o Brasil estivesse tão preocupado com a falta de ações que podem comprometer a qualidade e a organização da Copa do Mundo em 2014. Ninguém imaginava também que a comissão da Reforma da Câmara dos Deputados pudesse fazer aqui a primeira audiência pública.

Portanto, tivemos também um pouco de sorte, não há como negar, de reunir todos esses componentes, além da presença, é claro, de dois governadores em destaque no cenário nacional: o governador Antonio Anastasia, de Minas Gerais, trazendo a sua experiência, e o governador Sérgio Cabral, do Rio de Janeiro, tratando especialmente das questões da segurança pública, além de Lars Grael, que é um desportista exemplo para o Brasil e o mundo.

Por tudo isso, estou muito contente porque houve uma junção de forças e um trabalho de equipe muito forte. Espero que possamos coroar amanhã, com a abertura e com a participação maciça da nossa Casa. Vejam que 26 deputados de Santa Catarina já confirmaram presença, e estou muito contente com esse prestigiamento.

Isso será bom para o Parlamento catarinense e brasileiro porque vai ser o momento de buscarmos fazer uma grande

discussão e também resgatar, deputado Maurício Eskudlark, a importância do nosso Poder, como discutimos hoje pela manhã, na comissão de Constituição e Justiça. Lamentavelmente agora não podemos votar, mas amanhã tenho certeza de que vamos votar a autorização para que a nossa Assembleia, amanhã à noite, possa dizer na conferência que também está junto com as demais 13 Assembleias para propor a alteração na Constituição Federal e ampliar o nosso poder de legislar.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Ouço, com muita alegria, o querido amigo, deputado Maurício Eskudlark.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Quero saudar v.exa. Aprendi a admirar a sua luta desde o tempo da Uvesc, da União dos Vereadores de Santa Catarina, sendo o senhor professor e vereador em Tubarão e tendo essa brilhante carreira política. Mas vendo a sua motivação falando com os deputados, posso dizer que nada é por acaso nesta vida. Tudo tem um porquê, e o resultado está acontecendo aí: sei que será uma brilhante conferência, e os méritos serão de v.exa.

Acho que os assuntos, como disse, vieram a se encaixar perfeitamente com o momento atual que estamos vivendo. Ouvir o governador Sérgio Cabral falar de segurança será muito importante, assim como ouvir todos os palestrantes que estarão presentes.

Então, vendo o seu trabalho firme nesse propósito, nós, muitas vezes, ficamo-nos cobrando: será que estamos fazendo tudo que podemos fazer? Assim, essa troca de informações com outros representantes dos Legislativos abre muitos horizontes. Sempre queremos fazer mais, muitas vezes até procurando no site e olhando outras Assembleias. Mas nada como a discussão presencial em que tantas ideias e tantos projetos poderão surgir.

Quero parabenizar v.exa. Sei que será um grande evento e parabéns pelo empenho. V.Exa. já está com o compromisso cumprido, pelo empenho e pela organização, e agora é só esperar acontecer.

O SR. DEPUTADO JOARES PONTICELLI - Deputado Maurício Eskudlark, muito obrigado pelo estímulo que v.exa. temnos dispensado nessa caminhada toda. Como disse, os méritos são de toda uma equipe que se está dedicando muito. Espero que possamos, a partir de amanhã, colher resultados importantes para Santa Catarina.

Um dos resultados práticos que podemos colher trata-se da questão do debate da Copa do Mundo. E serão dois eventos: uma palestra na quinta-feira à tarde e outra com os coordenadores dos estados sede, na sextafeira de manhã. Santa Catarina se inscreveu com quatro espaços para abrigar equipes que irão disputar a Copa do Mundo. Se sairmos na frente oxalá conseguiremos, quem sabe, trazer para o estado mais do que uma equipe, ou seja, também fazer a sede dessas equipes aqui consequentemente com isso investimentos para Santa Catarina, principalmente na questão do Aeroporto Internacional Hercílio Luz que, a partir de hoje, passa a ser um pouco da nossa vergonha, com tanta gente vindo de fora e vendo as condições precárias dele. Ele é incompatível com o tamanho da nossa capital e do nosso estado.

 $\begin{tabular}{lll} Então, & essas & são & ações & que \\ precisamos implementar. & \end{tabular}$

Outra oportunidade ímpar que teremos é a de estar efetivamente frente a frente, olhos nos olhos, com aqueles que têm a responsabilidade de fazer a reforma política, que é a comissão e, consequentemente, o Congresso Nacional, porque se eles perderem essa oportunidade certamente a população não os perdoará.

Então, acho que é um momento importante. Eu espero que consigamos amanhã...

(Discurso interrompido por término do horário regimental.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima)(Faz soar a campainha) - Concedo-lhe mais um minuto para concluir o seu discurso, deputado, tendo em vista que grande parte de seu pronunciamento foi sobre o brilhante evento da Unale que acontecerá a partir da data de amanhã.

JOARES DEPUTADO SR. PONTICELLI Deputado Jailson Lima, esperamos, então, conseguir, de amanhã até sexta-feira, produzir bons resultados. O nosso é um estado muito respeitado pelos demais, um estado vanguardeiro, e espero que também possamos produzir bons resultados nesse importante debate e trocar experiências, deputado Maurício Eskudlark. V.Exa. colocou muito bem o seguinte: nós não temos que ter nenhum constrangimento em copiar ideias, ações, projetos e propostas que estão dando certo em outros estados. Temos que copiar, sim. Não estamos aqui para reinventar a roda. Aquilo que está dando certo em outros estados temos que buscar aperfeiçoar, adaptar e fazer acontecer aqui também.

Hoje de manhã, por exemplo, recebi a deputada Angela Águida Portella, presidente da Escola do Legislativo da Assembleia de Roraima. Na ocasião, trocamos uma série de experiências, ela colheu uma série de subsídios e deixou-nos informações. E é com essas parcerias que vamos crescendo, desenvolvendo e dando a resposta que a comunidade espera de todos nós.

Muito obrigado! (SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Jailson Lima) - Deputado Joares Ponticelli, essa sua experiência frente à Escola do Legislativo e na coordenação do encontro da Unale, União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, com certeza está sendo marcante, pelo número de representantes de comissões estrangeiras que estão no estado não apenas fomentando a troca de experiências e não apenas para que possamos copiar delas as experiências do Brasil, mas também para que possamos ser copiados. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, deputado Joares Ponticelli, possui uma série de belíssimas experiências na área legislativa, em projetos de inclusão, que permitirão serem apresentados.

Então, quero parabenizá-lo. Acho que o estado de Santa Catarina, que nunca teve um presidente à frente da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, poderá, a partir desse evento, pleitear isso. E quero aqui lançar o seu nome para ser o próximo presidente.

Conhecendo o seu empenho e o seu trabalho perseverante na Assembleia

Legislativa como deputado estadual e parlamentar atuante que é, não poderia ser diferente o êxito desse congresso que está tendo v.exa. à frente dele.

Desejo também, neste momento, além de dar os parabéns, todo êxito no resultado, porque o contingente de pessoas que estarão participando já demonstra um resultado extremamente positivo de pessoas que sairão do estado falando bem não apenas do acolhimento, mas principalmente também do conteúdo programático do seminário que será apresentado, com grandes lideranças nacionais de reconhecimento internacional.

Debater com Luis Nassif mostra o calibre e a extensão do conteúdo do debate que teremos durante esse evento que se realizará no Costão do Santinho.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão e de acordo com o art. 110 do Regimento Interno, comunica que são as seguintes matérias destinadas para a Ordem do Dia da 42ª Sessão Ordinária, de 18 de maio, às 14h:

Discussão e votação em turno único da Mensagem de Veto n. 0080/2011;

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução n. 0003/2008 e;

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0276/2010.

Esta Presidência encerra a presente sessão, convocando outra, ordinária, para amanhã, quarta-feira, à hora regimental.

Está encerrada a sessão.

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATA DE COMISSÃO PERMANENTE

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMIISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL DA 1º SESSÃO LEGISLATIVA DA 17º LEGISLATURA

Às dezoito horas e quinze minutos do dia dezessete de maio do ano de dois mil e onze, reuniram-se na Sala de Reuniões da Assessoria de Imprensa da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina sobre a Presidência do Deputado Adilor Guglielmi, os senhores Deputados: Narcizo Parizotto; Kennedy Nunes; Jorge Teixeira; Elizeu Mattos; Neodi Saretta e Edison Andrino, para a eleição do Vice-Presidente da Comissão de Relacionamento Institucional, Comunicação, Relações Internacionais e do Mercosul. Os trabalhos foram abertos pelo Deputado Adilor Gugliemi o qual, em obediência ao Regimento Interno, solicitou aos membros candidatos a Vice-Presidente, que fizessem suas inscrições visando concorrer ao cargo. Foi apresentada pelos membros da comissão a indicação do Senhor Deputado Narciso Parisotto, sendo eleito por unanimidade. A posse do mesmo deu-se em seguida a eleição. Fazendo uso da palavra, o Senhor Deputado Narciso Parisotto, agradeceu aos Deputados Membros pela sua eleição. Nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente considerou encerrada a presente reunião, da qual, eu, Lígia de Oliveira Stoeterau, Chefe de Comissão lavrei a presente ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros e posteriormente encaminhada para publicação no Diário da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Sala de Imprensa 17 de maio de 2011.

Deputado Adilor Guglielmi Deputado Kennedy Nunes Deputada Jorge Teixeira Deputado Narciso Parisotto Deputado Edison Andrino Deputado Neodi Saretta Deputado Elizeu Mattos

*** X X X ***

ATAS DA PROCURADORIA

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária

ATA DA 1779ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às dez horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1779ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Maria Margarida Bittencourt Ramos, Paulo Henrique Rocha Faria Junior, Fausto Brasil Gonçalves, Cecília Biesdorf Thiesen. Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Em regime de vista: Processo n^{o} 0220/11, de Alexandre Melo, que teve aprovado por unanimidade o parecer do Relator José Carlos da Silveira, acompanhado pelo Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, que havia solicitado vistas. 2) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 154/2011 - 09/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo Aditivo e do Contrato, aquisição de espaço físico e de stand no IX Congresso Catarinense dos Municípios, na cidade de Florianópolis, nos dias 04 e 05 de junho de 2011", e aprovado parecer da Relatora, com aditamento emitido pelo Dr. José Carlos da Silveira o Ofício nº 174/2011 -05/05/2011, Interessado: Deputado Jean Kuhlmann "Solicitar através de convênio e ônus para este Poder a cessão do servidor Ibirajara Martins Flores, da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB". 3) Relatoria do Dr. Paulo Henrique Rocha Faria Junior, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0682/11, de Almerinda Lemos Thomé. 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, aprovado parecer por unanimidade ao Processo nº 0219/11, de Gilberto Luiz Helfenstein e retirado de pauta pelo Relator o Processo nº 0482/11, de Heloísa Helena da Silva

Lafuente. 5) Relatoria da Dra. Cecília Biesdor Thiesen, aprovados pareceres por unanimidade ao processos: Processo nº 0681/11, de Júlio Barbosa Matiauda; Consulta - Ofício CL nº 159/2011 -11/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Edital para contratação de empresa especializada no fornecimento de sinais via satélite (UP LINK COMPLETO) para TVAL" e Consulta -Officio CL nº 168/2011 - 13/05/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do Termo de Inexigibilidade e do Contrato, aquisição de espaço físico e de stand na 43ª Convenção Estadual do Comércio Lojista, que acontecerá na cidade de Chapecó, no período de 26 a 28 de maio corrente". 6) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0514/11, de Isabela Vieira Schuhmacher; Processo nº 0574/11, de Flávia Maria de Souza Godim de Oliveira; Processo nº 0608/11, de Rosane Henning Ramos e Processo nº 0666/11, de Sânia Barreto. 7) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade pelo indeferimento o Processo nº 0581/11, de Adriana Back Koerich e aprovado parecer por unanimidade ao Ofício nº 149/2011 - 11/05/2011. Interessado: Diretor de Recursos Humanos da ALESC "Curso de informática para os estagiários do Programa Antonieta de Barros". Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo dezoito (18) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 16 de maio de 2011.

*** X X X ***

Fábio de Magalhães Furlan - Presidente Raquel Bittencourt Tiscoski - Secretária ATA DA 1780ª SESSÃO ORDINÁRIA

Aos dezoito dias do mês de maio do ano de dois mil e onze, às quatorze horas, sob a presidência do procurador-geral, Dr. Fábio de Magalhães Furlan, reuniu-se o colegiado da Procuradoria Jurídica da Assembleia Legislativa para deliberar sobre os assuntos constantes da pauta da 1780ª sessão ordinária. Presentes os Doutores: Fausto Brasil Gonçalves, Cecília Biesdorf Thiesen, Sérgio Augusto Machado e José Carlos da Silveira. Aprovada a ata da sessão anterior. 1) Relatoria da Dra. Maria Margarida Bittencourt Ramos, em face da ausência justificada, os processos foram relatados pelo Senhor Presidente. Aprovado parecer exarado a Consulta -Ofício CL nº 134/2011 - 28/04/2011, Interessada: Coordenadoria de Licitações "Minuta do termo Aditivo ao 28/04/2011, Interessada: Contrato nº 009/2010-00 - INDOBEL Assinatura, Leitura e Publicação Ltda.", e aprovado pelo indeferimento o parecer exarado ao Processo nº 0596/11, de Olga Maria Schweitzer. Continuando, o Senhor Presidente também deu conhecimento do Mandado de Intimação - 26/04/2011, Embargos de Declaração em ADI nº 2007.044787-6/0001-00, Embargantes: Procurador Geral de Justiça do estado de Santa Catarina e outro, Embargados: Governador do estado de Santa Catarina e outro. 2) Relatoria do Dr. Sérgio Augusto Machado, aprovados pareceres por unanimidade aos processos: Processo nº 0682/11, de Almerinda Lemos Thomé; Processo nº 0672/11, de Cesar Luiz Belloni Faria e a Consulta - Ofício CL nº 170/2011 - 13/05/2011, Interessada: Coordenadoria de "Termo Inexigibilidade Licitações de е Contrato. POLITEC/ALESC". 3) Relatoria do Dr. José Carlos da Silveira, aprovado parecer por unanimidade a Consulta - Ofício CL nº 11/05/2011, Interessada: Coordenadoria de 158/2011 -Licitações "Edital para aquisição de bombas de drenagem para os aparelhos de ar condicionado Split". 4) Relatoria do Dr. Fausto Brasil Gonçalves, incluído extra pauta, Processo nº 0712/2011, de Ademir Belandino da Silva, teve o parecer aprovado por unanimidade. Esgotada a pauta e nada mais havendo a tratar, o senhor presidente deu por encerrada à sessão, convocando outra ordinária, para o próximo vinte e três (23) de maio. Eu, Raquel Bittencourt Tiscoski, Secretária, lavrei a presente ata, que, depois de lida e aprovada vai assinada pelo procurador-geral e pelos demais membros do colegiado presente. Sala das Sessões, em 18 de maio de 2011.

*** X X X ***

AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina - ALESC, com sede na rua Dr. Jorge Luz Fontes, nº 310, Centro, Florianópolis/SC, CEP 88020-900, comunica aos interessados que realizará licitação na seguinte modalidade:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2011

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIOS DIVERSOS COM INSTALAÇÃO E MONTAGEM NO LOCAL.

DATA: 31/05/2011 - HORA: 09:00 horas

ENTREGA DOS ENVELOPES: Os envelopes contendo a parte documental e as propostas comerciais deverão ser entregues na Coordenadoria de Licitações até as 09:00 h do dia 31 de maio de 2011. O Edital poderá ser retirado na Coordenadoria de Recursos Materiais, no 6º andar, do Edifício João Cascaes na Avenida Hercílio Luz, nº 301, esquina com a Rua João Pinto, Centro - Florianópolis e no site eletrônico (www.alesc.sc.gov.br).

Florianópolis, 18 de maio de 2011.

Lonarte Sperling Veloso Coordenador de Licitações

*** X X X ***

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

A Pregoeira da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, designada pela Portaria n.º 2069/2011, comunica que, atendidas as especificações constantes do próprio edital, a licitação modalidade Pregão nº 011/2011, obteve o seguinte resultado:

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LIVROS NOVOS E DE PRIMEIRO USO PARA BIBLIOTECA DA ALESC.

LOTE 01

EMPRESA VENCEDORA: AKI DISTRIBUIDORA LTDA Valor total global último lance: R\$ 17.984,32

LOTE 02

EMPRESA VENCEDORA: Livrarias Mohr Ltda. Valor total global último lance: R\$ 4.375,90 Florianópolis, 18 de maio de 2011

SINARA LÚCIA VALAR DAL GRANDE PREGOEIRA *** X X X ***

EXTRATOS

EXTRATO Nº 097/2011

REFERENTE: Contrato Cl nº 025/2011 celebrado em 06/05/2011. CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina CONTRATADA: Prefeitura Municipal de Guaraciaba

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico na 3ª Festa de Produtos da Roça que acontecerá na Linha Caravaggio, Município de Guaraciaba/SC, nos dias 07 e 08 de maio de 2011.

Em contrapartida será construído um Stand com 9 m² e será concedido espaço físico para utilização de símbolo/logomarca institucional da ALESC.

VALOR GLOBAL: R\$ 15.000,00 (quinze mil reais)

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 014/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 0035/2011;

Florianópolis, 06 de maio de 2011. Deputado Gelson Merisio - Presidente ALESC Ademir Jose Zimmermann- Prefeito

*** X X X ***

EXTRATO Nº 098/2011

REFERENTE: 01º Termo Aditivo ao Contrato CL nº 067/2010-00, celebrado em 23/12/2010.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina CONTRATADA: Construtora Espaço Aberto Ltda.

OBJETO: Para melhor adequação às finalidades de interesse público e, com a plena concordância da **CONTRATADA**, conforme sua correspondência CEA/AL - 03/2011, datada de 25/01/2011, o prazo de entrega da **TERCEIRA ETAPA** dos serviços mencionados no item 5.1.3 do contrato original será diminuído em 60 (sessenta) dias. Em razão de tal diminuição, os serviços realizados no anexo superior, 2º e 3º pavimentos (**SEGUNDA E TERCEIRA ETAPAS**), serão executados em 90 (noventa) dias e não mais em 150 (cento e cinquenta) dias, conforme anteriormente acordados nos itens 5.1.2 e 5.1.3 do contrato original.

Em face da adequação do cronograma de entrega final do objeto, onde o prazo foi reduzido para 90 (noventa) dias, fica alterado também o cronograma de pagamento citado nos itens 3.4.2 e 3.4.3 do contrato original.

O saldo a pagar do referido contrato, cujo valor soma o total de R\$ 4.595.479,85 (quatro milhões quinhentos e noventa e cinco mil quatrocentos e setenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), será pago de acordo com a medição ser apresentada pela CONTRATADA, conferida e aceita pela CONTRATANTE através de sua Coordenadora de Serviços Técnicos, respeitando, no que couber, o cronograma estipulado nas planilhas que compõem o contrato original. Os créditos na conta corrente da CONTRATADA serão efetuados mediante a apresentação na Nota Fiscal correspondente e demais exigências administrativas em vigor, sem prejuízo da conferência e medição por parte da Coordenadoria de Serviços Técnicos da CONTRATANTE.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigos 57 e 58 da Lei n.º 8.666/93; Clausula Quarta, item 4.1 do Contrato Original; Autorização Administrativa.

Florianópolis, 11 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Denesi Teresinha Almeirda Marcon- Sócia Administradora

*** X X X ***

EXTRATO Nº 099/2011

REFERENTE: Contrato CL n.º 024/2011, celebrado em 09/05/2011. CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. CONTRATADA: Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC)

OBJETO: Aquisição de cota de participação e uso de espaço físico incluindo a construção de *stand com 20m²* na 3ª Edição da MARCOLÁCTEA (Feira Internacional do Setor Lácteo) que acontecerá no Parque de Exposições Tancredo Neves em Chapecó, no período de 11 a 14 de maio do corrente ano, que permitirá no local da feira:

- Cessão de espaço físico incluindo a instalação de estande com $20 \mathrm{m}^2$;
- Para utilização de símbolo/logomarca institucional;
- Para divulgação e distribuição de material institucional.

VALOR GLOBAL: 50.000,00 (cinquenta mil reais).

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25 caput da Lei 8.666/93; Inexigibilidade de Licitação nº 013/2011; Autorização para Processo Licitatório nº 0033/2011;

Florianópolis, 09 de maio de 2011.

Deputado Gelson Merisio - ALESC

João Carlos Stakonski- Presidente

*** X X X ***

OFÍCIOS

OFÍCIO № 183/11 APAE - AGROLÂNDIA SC

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

Ofício DIR nº 014/2010

Agrolândia, 5 de maio de 2011

Ref.: RENOVAÇÃO UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL

Entidade: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Agrolândia

ΑŌ

PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SC DEPUTADO GELSON MERISIO

FLORIANÓPOLIS - SC

Excelentíssimo Senhor,

Com base na Lei 15.125, encaminhamos os documentos, abaixo relacionados para fins de manutenção de nossa UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL:

- Relatório de Atividades 2010
- Atestado de funcionamento,
- Certidão atualizada do registro no Cartório
- Balancete Contábil 2010

Informamos que não houve alteração estatutária no ano de 2010. Diante do cumprimento da legislação pertinente, e em

especial, pelo atendimento do público alvo a partir dos objetivos estatutários, requeremos a manutenção de nosso CERTIFICADO DE UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL.

Atenciosamente,

OSNI KNAUL PRESIDENTE DIRETORIA EXECUTIVA 2011/2013

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X ***

OFICIO Nº 184/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DE SURDOS DE CAÇADOR

Of. nº 20.11

Caçador, 19 de abril de 2011

Exmo. Sr.

GELSON MERISIO

MD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina FLORIANÓPOLIS - SC

Senhor Presidente:

Através da presente e em conformidade com a lei Estadual n^2 15.125, de 19 de janeiro de 2010, encaminhamos a documentação desta instituição social, que tem reconhecimento de utilidade pública estadual, para sua manutenção, sendo estes:

- relatório anual de atividades do exercício anterior;
- atestado de funcionamento atualizado;
- certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas jurídicas;
- balancete contábil.

Colocamo-nos a disposição para os encaminhamentos e esclarecimentos que se fizerem necessários, de modo que logremos êxito no presente pleito.

Sendo que tinha para o momento, aproveita-se o ensejo para reiterar protestos de elevada estima e apreço.

Atenciosamente.

Marlise Fleck Roveda Presidente da APAS

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO № 185/11

A.A.P.J. Associação dos Aposentados e Pensionistas de Joinville

Ofício 19/2011 Joinville, 30 de março de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina Rua Doutor Jorge Luiz Fontes, 310, Centro, Gabinete da Presidência, sala 106

88020-900 - Florianópolis/SC

Excelentíssimo Senhor

Atendendo à s exigências revistas na Lei Estadual 15.125/2010, seguem documentos a fim de manter o reconhecimento de utilidade pública da ASSOCIAÇÃO DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS DE JOINVILLE, CNPJ n^2 83.797.134/0001-02, com endereço para correspondência na Rua Evaristo da Veiga n^2 255 bairro Glória, em Joinville/SC, entidade esta já declarada de utilidade pública pela Lei Estadual de n^2 6.622, de 09 de setembro de 1985.

Pede deferimento,

Gisela Bruns Presidente Masilda Klocksin Secretária

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO № 186/11 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS ESCOLA "FLOR DA ESPERANÇA"

Of. nº 014/11

Presidente Getulio, 11 de maio de 2011.

Ilmo.Sr.

DD. Presidente da Assembleia Legislativa

Prezado Senhor

Estamos encaminhando em anexo a relação de documentos para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 1º, LEI ESTADUAL Nº 15.125/2010 que mantém o status de Utilidade Pública Estadual.

Seguem os seguintes documentos:

- Relatório anual de atividades;
- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concessão da declaração de utilidade pública
- Cópia autenticada das alterações ocorridas no estatuto;
- Balancete contábil.

Sendo o que se apresenta para o momento, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,

Oriana Fillagranna Presidente /APAE

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 187/11

CCPontal - Conselho Comunitário Pontal do Jurerê

Ofício nº 003/2011 Florianópolis (SC), 22 de março de 2011. Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Nesta

Assunto: Lei Nº 15.125/2010 De acordo com a Lei Nº 15125/2010, Art. 3º, encaminhamos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil

HELOISA HELENA WAGNER DA SILVA

Presidente do Conselho Comunitário Pontal do Jurerê

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 188/11

"APAE" - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais Mantenedora da "Escola Especial Angélica Dal Ssso Bortoluzzi" Fundada em 31/08/84

Of.22/2011

Nova Veneza, 11 de maio de 2011.

Ilmo Sr.

Gelson Merísio

Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Florianópolis - SC

Com nossas cordiais saudações, estamos encaminhando a Vossa Senhoria o Relatório Anual, Documentos Contábeis, e documentos comprobatórios do atual Presidente da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, portadora do CNPJ 75.566.125/0001-82-APAE de Nova Veneza, para que esta entidade possa manter sua Certidão de Utilidade Pública Estadual.

Sendo o que tínhamos para o momento, despedimo-nos.

Atenciosamentel

João Airto Nuernberg

Presidente

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO № 189/11 ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS Escola Especial Profª Célia M. S. Lucca Fundada em 27/08/90

Of. nº 27/2011

Palmitos, 05 de maio de 2011.

Ao Responsável

CADASTRO NACIONAL DE ENTIDADES QUALIFICADOS PELO MINISTÉRIO

Vimos através deste enviar Prestação de Contas e Plano de Atividades referente ao ano de 2010 com a finalidade de renovação de Título de Utilidade Pública.

Atenciosamente

Mauro Daenecke

Presidente

Alice Decker

Diretora

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO № 190/11

Hospital de Caridade São Braz

Rua Frei Rogério, 579 - Porto União (SC) - CNPJ 85.604.395/0001-94 Porto União, 09 de maio de 2011.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA V. EXCELÊNCIA DEP. GELSON MERÍSIO - PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA **LEGISLATIVA**

Prezado Senhor:

Pela presente, remetemos a V.Sas. a prestação de contas referente ao exercício de 2010. Aproveitamos a oportunidade para solicitar a emissão da Certidão que faz jus a manutenção do Título de Utilidade Pública Estadual, que se possível, deverá ser remetida ao nosso endereço.

Enviamos, em anexo, os documentos abaixo relacionados:

- Cópia da Última Alteração do Estatuto da Entidade;
- Cópia da Certidão que faz jus ao Título de Utilidade Pública Estadual:
- Cópia da Certidão que faz jus ao Título de Utilidade Pública
- Cópia do Certificado de Inscrição referente ao Registro no Conselho Municipal de Assistência Social;

- Cópia do Atestado de Funcionamento;
- Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2010 e Notas Explicativas;
- Cópia do Protocolo p/Renovação do Alvará de Licença sanitária;
- Projeto de Lei que concede a entidade o Título de Utilidade Pública Estadual:
- Cópia da Declaração da Prefeitura de União da Vitória/PR;
- Movimento Estatístico/Relatório das Atividades Principais Exercício 2010;

Sem outro particular subscrevemo-nos,

Atenciosamente

MARIA CRISTINA METZLER Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 191/11

ACACEFAX

Associação Cultural Amigos da Casa Enxaimel Familia AX CNPJ nº 04.526.624/0001-06

Lei nº 1.093 - Reconhece de Utilidade Pública Municipal Lei nº 12.423 - Reconhece de Utilidade Pública Estadual

Dona Emma, 28 de abril de 2011.

Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO ESTADUAL ELIZEU MATTOS

Presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Senhor Presidente.

Com os meus cordiais cumprimentos, atendendo o que preceitua a Lei nº 15.125, de 19 de janeiro de 2010, informo que a ACACEFAX tem a imensa satisfação de apresentar:

- Relatório Anual de Atividades exercício 2010;
- · Atestado de funcionamento atualizado;
- Certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
- Balancete contábil exercício 2010.

Sendo o que se apresenta, renovamos protestos da mais alta estima e distinta consideração.

Atenciosamente.

Niraci Chiminelli

Presidente

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 192/11

ESTADO DE SANTA CATARINA ASSOCIAÇÃO CORPO DE BOMBEIROS COMUNITÁRIOS DE SÃO **JOAQUIM**

Of. nº 002/2011-AA.C.B.C.S.J

São Joaquim, 10 de maio de 2011.

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERÍSIO

Deputado Estadual

Presidente da ALESC - SC

Excelentíssimo Senhor.

Atendendo às exigências previstas em Lei, encaminho-vos em anexo, a Prestação de Contas relativo ao exercício de 2010, da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários de São Joaquim.

Respeitosamente,

Marlene de Fátima Kayser da Rosa

Presidente da Associação Corpo de Bombeiros Comunitários

de São Joaquim Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 193/11

ESTADO DE SANTA CATARINA TRIBUNAL DE JUSTIÇA **DIRETORIA-GERAL JUDICIÁRIA** Secretaria do Conselho da Magistratura

Ofício nº 76/2011 - CM

Florianópolis, 10 de maio de 2011

Ao Excelentíssimo Senhor

Deputado Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Assunto: Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notoriais e Registrais

Senhor Presidente,

Honra-me encaminhar a Vossa Excelência o Demonstrativo Financeiro do Selo de Fiscalização dos Atos Notarias e Registrais, relativo ao segundo semestre de 2010, em atenção ao disposto no art. 10 da Lei Complementar n. 175, de 28 de dezembro de 1998, atualizada pela Lei Complementar n. 365, de 7 de dezembro de 2006, aprovado pelo Conselho da Magistratura deste egrégio Tribunal de Justiça, na sessão ordinária realizada no dia 09 de maio de 2011.

Limitado ao assunto, asseguro-lhe protestos de estima e consideração.

Trindade dos Santos PRESIDENTE

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 194/11

Conferência "São José" da Sociedade de "São Vicente de Paulo" MANTENEDORA DO ASILO "SÃO VICENTE DE PAULO"

Of. nº 04/2011

Criciúma, 16 de maio de 2011.

Aο

Exmo. Sr. Gelson Merisio

Presidente da Assembleia Legislativa de SC

A Conferência São José da Sociedade São Vicente de Paulo, mantenedora do Asilo São Vicente de Paulo, sediada na Rua Afonso Pena, 368, Bairro Michel - Criciúma (SC), CNPJ nº 83.666.214/0001-29, vem respeitosamente apresentar a V. Exa. O Relatório e Balanço contábil relativos às atividades doe exercício de 2010 e face de sua condição de Entidade Declarada de UTILIDADE PÚBLICA ESTADUAL através da lei nº 4.072 de 25/10/1967 para fins de cumprimento aos ditames do art. 3º da lei nº 15.125 de 19/01/2010.

Na expectativa de que estes documentos produzam seus efeitos reiteramos nossos protestos de consideração e apreço.

> Nilton Eugênio Nazari Presidente CPF.: 344.284.889-04

Lido no Expediente Sessão de 18/05/11

> *** X X X *** OFÍCIO Nº 195/11

ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, TRABALHO E **HABITAÇÃO**

DIRETORIA GERAL - DIGE

GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E CONTABILIDADE -GEAFC

Ofício Nº 015/2011/GEAFC

Florianópolis, 17 de maio de 2011.

Ao Excelentíssimo Senhor

DEPUTADO GELSON MERISIO

DD. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Florianópolis - SC

Senhor Presidente,

Com as minhas cordiais saudações, venho pelo presente remeter em apenso o pleito da Associação Hospitalar e Educacional de Pomerode, o qual encaminha os documentos relativos ao exercício de 2010, para verificação do cumprimento da legislação estadual que versa sobre a manutenção de seu título de Utilidade Pública Estadual

Sendo o que tinha para o momento, subscrevo-me.

Atenciosamente,

FÁBIO MAESTRI BAGIO

Gerente de Administração, Finanças e Contabilidade Matrícula nº 659.025-0-01

Lido no Expediente Sessão de 18/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 196/11

FUNDAÇÃO FRIEDERIC FROEBEL

OF № 287/11

São Bento do Sul/SC, 09 de maio de 2011

Deputado GELSON MERÍSIO

Presidente

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Prezado Senhor.

Ref: Lei nº 14.489 de 012.08.08

Cumprimentando-o corsialmente, vimos a sua presença, encaminhar os documentos abaixo relacionados, destinadops controle e manutenção do título de Utilidade Pública Estadual de nossa entidade.

- Relatório Anual de Atividades 2010,
- Certidão atualizada do CNPJ,
- Balanço Patrimonial 2010.

Sendo o que nos cabe no momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente VANDER MEIER Presidente CONSELHO DELIBERATIVO Lido no Expediente Sessão de 18/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 197/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE PALHOÇA-**APAE**

Relato das atividades e realizações da Associação de Pias e Amigos dos Excepcionais de Palhoça/SC durante o ano letivo de 2010.

- Início das atividades administrativas da APE e da Escola Especial: 01 de fevereiro2010.
- Início das Aulas: 17 de fevereiro de 2010 com todos os alunos.
- Projeto Naturologia UNISUL: Ocorendo durante todo o ano de 2010 os alunos e professores do curso de Naturologia vem prestar atendimento individuais e em grupo com Florais, Aromaterapia. Fitoterapia (com a relização de um horto medicinal), Massoterapia e Musicoterapia, para os alunos da Instituição.
- Dia da Beleza 26/03/2010: Com o objetivo de valorizar a autoestima da pessoa com deficiência intelectual foi promovido o dia da beleza, onde os educandos puderam ter um dia com atividades envolvendo manicure, ca belo, maquiagem, roupas, massagens e por fim um grande desfilçe e uma deliciosa salada de fruta como incentivo a uma alimentação saudável.

Lido no Expediente Sessão de 18/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 198/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE **URUSSANGA**

Urussanga, 12 de maio de 2011.

Exmo. Sr.

Gelson Merísio

DD.Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Florianópolis

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Urussanga vem através deste, encaminhar a documentação em anexo para continuarmos usufruindo dos benefícios da Declaração de Utilidade Pública Estadual abaixo relacionada:

- Declaração de que permanece cumprindo os requisitos exigidos para a concesão da declaração de utilidade pública;
- Certidão de Registros de Pessoas Jurídicas;
- Relatório de suas atividades, incluindo Balanço Patrimonial, Demonstração e Resultado do exercício com discriminação de receitas/despesas, Demonstração de Mutuação de Patrimônio, Notas Explicativas:

Certo do encaminhamento devido aproveito para registrar protestos de elevada estima e consideração.

Cordialmente,

Eraldo De Villa Anastácio

Presidente

Lido no Expediente Sessão de 18/05/11

*** X X X ***

OFÍCIO Nº 199/11 ISPERE - INSTITUTO PEDAGÓGICO DE REABILITAÇÃO E INCLUSÃO

Joinville (SC) 13 de maio de 2011.

Of.nº 023/2011

Excelentíssimo Senhor

GELSON MERÍSIO

Md. Presidente da Assembléia Legislativa

do Estado de Santa Catarina

Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - Centro

88020-180 - Florianópolis Da: Diretoria do ISPERE

Para: Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina

Coordenadoria de Documentação - Sala 13

Assunto: Relatório com documentos e Balanço de 2010, remete Senhor Presidente

Com cumprimentos, como de praxe e em atendimento ao disposto Art. 3º da Lei nº 15.1258 de 19 de janeiro de 2010, estamos com este o RELATÓRIO E BALANÇO GERAL de 2010 juntamenre com os seguintes documentos:

- 1. Relatório descritivos das principais atividades
- Balanço Geral encerrado em 31.12.2010 com 2. documentos,
 - 3. Spintese das Gratuidades,
 - 4. Parecer do Conselho Fiscal

ANFXOS:

- 5. Atestado de Funcionamento expedido pela Prefeitura de Joinville,
- 6. Cerificado de Inscrição no Conselhor Municipal de Assistência Social - CMAS,
- 7. Certidão Negativa de Débitos de Tributos Federais e á Divida Ativa da União,
 - 8. Certificado de Regularidade do FGTS,
 - 9. Certidão Negativa de Débitos Estaduais,
- 10. Ceridão de Registro do Carório de Pessoas Jurídicas estampado no Estatuto Social.

Limitados a esta providência, expressamos consideração.

Atenciosamente

WOLFGANG ROUBERT STELTER

Presidente do Conselho Administrativo

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/11

*** X X X *** OFÍCIO Nº 200/11

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS

" Centro Educacional Especializado Maria Anna Malutta"

Assembléia Legislativa do Estado

Exmo. Sr.Gelson Merísio

DD.Presidente da Assembléia Legislativa do Estado

Assunto: Manutenção de Título de Utilidade Pública Estadual

Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Guaramirim, fundada em 08 de julho de 1985, inscrita no CNPJ nº 83.784.983/0001-21, conforme Decreto de 30 de dezembro de 1992, vem por meio deste, solicitar a Vossa Excelência a Manutenção da Inscrição desta APAE, no livro destinado ao Registro de Entidades Declaradas de Utilidade Pública Estadual, para o qual apresenta a documentação exigível anexa.

Nestes termos, pede deferimento

Guaramirim, 29 de abril de 2011.

Gutemberg Lopes Guedes Presidente APAE

" NENHUM DE NÓS É MELHOR QUE TODOS NÓS JUNTOS"

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/11

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2111, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, IV, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, e em conformidade com a Resolução nº 967, de 11 de dezembro de 2002,

DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para realizar os procedimentos previstos no Edital de Pregão nº 014/2011.

Matr	Nome do Servidor	Função
2543	Juçara Helena Rebelatto	Pregoeiro
1877	Antônio Henrique C. Bulcão Viana	Pregoeiro substituto
0775	Adriana Lauth Gualberto	
2169	Sinara Lúcia Valar Dal Grande	Equipe de apoio
1332	Hélio Estefano Becker Filho	
1998	Bernadete Albani Leiria	
0947	Valter Euclides Damasco	

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2112, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete do Deputado José Nei Alberton Ascari EDSON FERREIRA, servidor do Poder Executivo - CASAN, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1170, de 5 de maio de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2113, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

LOTAR no Gabinete da Presidência MAX JOSÉ servidor do Poder Executivo - Fundação Catarinense de Cultura, colocado à disposição na Assembleia Legislativa pelo Ato nº 1101, de 27 de abril de 2011, sob a égide do Termo de Convênio nº 0047/2011-2.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA № 2114, de 18 de maio de 2011 O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GISELA STEINER SCAINI, matrícula nº 9140,

para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2115, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR MARIZETE DE OLIVEIRA, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-27, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Jose Nei Alberton Ascari).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2116, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

> RESOLVE: com fundamento no art. 169. l. da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR o servidor LUIZ CARLOS DE SOUZA, matrícula nº 6433, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-66, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de

maio de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann). Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2117, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LUIZ CARLOS DE SOUZA, matrícula nº 6433. para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-73, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2118, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora BENTINHA AMORIM, matrícula nº 6029, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-70, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2119, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR BENTINHA AMORIM, matrícula nº 6029, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 1 de maio de 2011 (Gab Dep Jean Kuhlmann). Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2120, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 169, I, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

EXONERAR a servidora ANA CAROLINA CORREA DE

MACHADO, matrícula nº 4677, do cargo de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar de 13 de maio de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2121, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

> **RESOLVE:** nos termos dos arts. 9° e 11 da Lei n° 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR GABRIEL HENRIQUE CORREA DE MACHADO.

matrícula nº 6628, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-75, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de 13 de maio de 2011 (Gab Dep Darci de Matos).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2122, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

> **RESOLVE:** com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

DESIGNAR ANDRÉA RIBEIRO servidora а BITTENCOURT, matrícula nº 1915, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefe da Seção de Tramitação e Elaboração da Ordem do Dia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, ROZANE MARQUES ALVES, que se encontra em fruição de licença-prêmio por setenta e sete dias, a contar de 09 de maio de 2011 (DL - Coordenadoria de Expediente). Nazarildo Tancredo Knabben **Diretor Geral**

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2123, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, nos arts. 17 e 31 da Resolução nº 02, de 11 de ianeiro de 2006 e alterações, c/c o art. 1º do Ato da Mesa nº 160, de 15 de agosto de 2007,

DESIGNAR a servidora MARLISE FURTADO ARRUDA

RAMOS BURGER, matrícula nº 1571, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, o cargo de Coordenador de Expediente, código PL/DAS-6, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, Maria da Graça Marques, que se encontra em prorrogação de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 08 de maio de 2011 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2124, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

DESIGNAR a servidora MARI ANGELA PAULI

CUSTODIO, matrícula nº 1592, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Gerente de Redação, código PL/FC-5, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARLISE FURTADO ARRUDA RAMOS BURGER, por trinta dias, a contar de 08 de maio de 2011 (DL - Coordenadoria de Expediente).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2125, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

> RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei n^{ϱ} 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

servidora DAURA NAVEGANTES DESIGNAR MENESES DE AGUIAR, matrícula nº 1455, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Assessoria Técnica-Administrativa de Pesquisa e Recebimento de Documentos, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento do respectivo titular, MARIA MÁRCIA DE MELO BARRETO, que se encontra em prorrogação de licença-prêmio por trinta dias, a contar de 02 de maio de 2011 (DL -Diretoria Legislativa).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2126, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE:

RETIFICAR nos assentamentos funcionais, o nome do servidor EDGAR ANTONIO ROMANN, matrícula nº 2968, nomeado pela Portaria nº 145, de 01 de fevereiro de 2011, fazendo constar como sendo EDGAR ANTONIO ROMAN.

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2127, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001

e 002/2006, e alterações,

NOMEAR LEONARDO MATOS LEMES, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-35, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Manoel Mota).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2128, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18, inciso XI, da Resolução n^2 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: nos termos dos arts. 9º e 11 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985, em conformidade com as Resoluções nºs 001 e 002/2006, e alterações,

NOMEAR FRANCISCO EDUARDO JOHANNSEN, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Parlamentar, código PL/GAB-38, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a contar da data de sua posse (Gab Dep Volnei Morastoni).

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2129, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução $n^{\rm o}$ 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63 da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

PRORROGAR LICENÇA para tratamento de saúde dos

servidores abaixo relacionados:

Matr	Nome do Servidor	Qde dias	Início em	Proc. nº
2134	Madalena Schmidt Pioner	30	24/04/11	734/2011
0323	Maria do Rocio Barreto da Silva	30	10/05/11	735/2011
1884	Antonio Orlando	60	13/05/11	733/2011

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA № 2130, de 18 de maio de 2011

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 62, I, e art. 63, caput, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985.

de 1989,

CONCEDER LICENÇA para tratamento de saúde aos servidores abaixo relacionados:

 Matr
 Nome do Servidor
 Qde dias
 Início em
 Proc. nº

 2200
 Neiva Maria Lunardi Prade
 10
 05/05/11
 731/2011

 1389
 Maria Celeste Ferreira Monteiro
 07
 07/05/11
 732/2011

Nazarildo Tancredo Knabben

Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI № 174/11

Altera a Lei nº 15.449, de 17 de janeiro de 2011, que institui a Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea.

Art. 1º Fica alterado o Parágrafo Único, com a seguinte redação:

"Art. 1º (...)

Parágrafo Único: A Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea será comemorada, anualmente, na última semana do mês de junho."

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões.

Deputado Padre Pedro Baldissera

Deputado Antônio Aguiar

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/11

JUSTIFICATIVA

Apresentamos aos nobres parlamentares uma proposta que altera a data da Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea., instituida pela Lei nº 15.449, de 17 de janeiro de 2011.

Portanto, a partir da aprovação da presente matéria, a data a será promovida, anualmente, na última semana do mês de junho, em substiuição à primeira semana do mês de outubro. O motivo para que se efetue tal alteração fundamenta-se em duas questões de grande importância

Primeiro, em função dos efeitos da própria Lei nº 15.449/2011, que visa a obtenção de doadores voluntários a partir da promoção de um processo educativo e de comunicação de massa, informando, rompendo preconceitos e fomentando a solidariedade. A realização da Semana Estadual de Incentivo e de Valorização dos Doadores de Sangue e de Medula Óssea, com a proposta de alteração, acontecerá há seis meses antes da Campanha Nacional, conforme a Lei Federal nº 11.930/2009, que acontece de 14 a 21 de dezembro, otimizando os efeitos deste tema tão importante, prolongando as ações de solidariedade e de esclarecimento à população catarinense.

Segunda questão, por um motivo extremamente simbólico e empático, que reside no fato de que a última semana do mês de junho está contida data de morte de Patrick Groth, um jovem paciente que perdeu sua vida no combate à leucemia.

Patrick Groth nasceu em 24/02/1986, na cidade de São Carlos - SC, e faleceu em 25/06/2010, com apenas vinte e um anos e quatro meses de vida. Aos treze anos, junto com sua família, Patrick recebeu a notícia que transformou a vida de todos ao seu redor. Seu organismo desenvolveu uma grave Leucemia, e rapidamente deu-se início ao tratamento na cidade de Chapecó. Foram inúmeras seções de quimioterapia fortíssimas, que com bravura suportou. Após realizar todo o tratamento por cinco anos, Patrick estava aparentemente curado, necessitando apenas de um acompanhamento da doença. No entanto, após alguns meses a leucemia retornou e o caso agravou-se, necessitando de uma transferência urgente para tratar a doença, mas desta vez na cidade de Porto Alegre/RS.

Após um longo período de internação, Patrick retornou a Chapecó e ao desembarcar no aeroporto, em fevereiro de 2007, foi recebido por uma centena de pessoas que o aguardavam ansiosas, num misto de aplausos e lágrimas. Patrick voltou, mas o tratamento tinha que continuar, semanalmente deslocava-se até Porto Alegre para realizar o tratamento no Hospital de Clinicas, e assim o fez até o segundo semestre de 2009, quando, enfim, os exames médicos apontavam que Patrick havia superado a leucemia. A família sentiu o gosto da vitória ao olhar para trás e ver que todo o esforço tinha sido válido.

Porém, no dia 07/06/2010, Patrick realizou um simples hemograma e percebeu que havia algo errado com seu organismo, imediatamente ligou para seu médico que de pronto recomendou sua internação no hospital de Clínicas. Desta vez a única solução para Patrick seria o transplante de medula óssea e o que se viu na cidade de Chapecó foi algo inédito, uma campanha pela vida, capaz de mobilizar toda a cidade em prol da doação de medula óssea.

Eventos que preencheram os últimos dias de vida de Patrick de extrema satisfação e alegria por saber que toda sua perseverança não foi em vão, por saber que um simples cadastro juntamente com a retirada de uma pequena amostra de sangue pode ser o elo entre a luta e a cura de um paciente com Leucemia.

Infelizmente para o Patrick não foi possível o transplante de medula, desta vez a leucemia retornou agressiva demais, e no dia 25 de Junho de 2010, por volta das seis horas, a doença ganhou a sua batalha contra a vida.

Senhores (as) Deputados (as), como foi dito, em razão da homenagem e da simbologia, a história de Patrick é a história de milhares de pacientes que sucumbiram diante da força letal desta doença, que poderá ser combatida com mais eficiência, se atentarmos para o fato de que as campanhas de doação da medula óssea têm que esclarecer à sociedade e preparar a logística necessária para a otimização da coleta de dados e dos transplantes.

Assim, esta matéria legislativa, após aprovação e sanção, receberá o nome de Lei Patrick. Uma Lei que concretizará o ato de solidariedade e amor ao próximo. Para isto, a submetemos ao julgamento dos (as) ilustres Pares nesta Casa Legislativa, a quem pedimos o apoio.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 175/11

Acrescenta o Capítulo V no Título V da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

Art. 1º Fica acrescentado o Capítulo V no Título V da Lei nº 14.675, de 13 de abril de 2009, com a seguinte redação:

"CAPÍTULO V

DA PROTEÇÃO DA POLUIÇÃO SONORA

Art.255-A A emissão de sons e ruídos decorrentes de quaisquer atividades obedecerá aos limites de emissão e padrões estabelecidos pela legislação e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Art.255-B O Poder Público adotará medidas, programas e políticas de prevenção e redução de ruídos e de combate à poluição sonora, para a garantia da saúde auditiva da população e preservação do meio ambiente.

Art.255-C O Poder Público estabelecerá limites e restrições, a serem periodicamente reavaliados, quanto ao exercício de atividades produtoras de ruído, incluindo locais, horário e natureza das atividades, bem como poderá exigir a instalação de equipamentos de prevenção e redução de ruído.

Parágrafo único. As medições da propagação sonora deverão ser feitas pelas autoridades competentes ambientais, a partir do ponto da reclamação."

Art. 2^{e} Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente Sessão de 17/05/11

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa acrescentar o Capitulo V no Título V da Lei n^{o} 14.675, de 13 de abril de 2009, que institui o Código Estadual do Meio Ambiente e estabelece outras providências.

A poluição sonora é um dos problemas ambientais graves nos grandes centros urbanos. É uma ameaça constante a saúde do homem.

A nocividade do ruído está diretamente relacionada ao seu espectro de frequências, à intensidade da pressão sonora, à direção da exposição diária, bem como à suscetibilidade individual. Embora exista legislação específica que regula os limites de emissão de ruídos e estabelece medidas de proteção para a coletividade dos efeitos danosos da poluição sonora, o que se constata é que os níveis de ruído, existentes nas mais diversas atividades cotidianas, estão acima de todos os valores determinados pelas legislações, tanto em nível nacional como internacional.

A conscientização do problema por parte da população, aliada a outras medidas de prevenção, seria uma valiosa contribuição para a redução do ruído urbano.

Assim, a poluição sonora ocorre quando num determinado ambiente o som altera a condição normal de audição. Embora ela não se acumule no meio ambiente, como outros tipos de , causa vários danos ao corpo e à qualidade de vida das pessoas.

Infelizmente, o Código Estadual do Meio Ambiente não contemplou matéria tão importante ao meio ambiente, diferentemente de outros Estados da Federação.

Vale lembrar que a competência para legislar sobre o controle de poluição é concorrente, conforme dispositivo constitucional (art. 24, inciso VI), estando limitada a União a estabelecer normas gerais, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal a sua suplementação, *in verbis*:

Art. 24. Compete à União, <u>aos Estados</u> e ao Distrito Federal <u>legislar concorrentemente</u> sobre:

[...

VI - florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição; (sublinhei)

Na legislação ambiental, poluição é definida no art. 3º, inciso III, da Lei federal nº 6.938, de 1981, como a degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente, prejudiquem a saúde, a segurança e o bem-estar da população, criem condições adversas às atividades sociais e econômicas, afetem desfavoravelmente a biota, afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente e lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos.

Por conseguinte, a Lei federal nº 9.605, de 1998, que trata dos crimes ambientais, em seu art. 54, configura crime "causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar danos à saúde humana", o que inclui nesta figura delituosa a poluição sonora pelas consequências que produz, como dito.

Ainda, cabe ressaltar que a Resolução nº 008, de 1993, do Conama, estabelece limites máximos de ruídos para vários tipos de veículos automotores e a Resolução nº 256, de 1999, dispõe sobre o Programa de Inspeção de Emissões e Ruídos de Veículos em Uso.

Portanto, a emissão de sons e ruídos decorrentes de quaisquer atividades obedecerá aos limites de emissão e padrões estabelecidos pela legislação e pelas normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Neste afã, Excelências, solicito a acolhida da presente proposição, como medida de justiça.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI № 176/11

Declara de Utilidade Pública a Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús - ADARB, de Ilhota.

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, a Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús - ADARB, com sede e foro na cidade e Comarca de Ilhota.

Art. $2^{\rm o}$ À entidade de que trata o artigo anterior, ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subseqüente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º desta Lei;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputada Ana Paula Lima

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/11

JUSTIFICATIVA

A Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús, também designada pela sigla ADARB, fundada em 03 de janeiro de 2009, é uma entidade civil de caráter assistencial, de fins não econômicos, pessoa jurídica de direito privado, de duração por tempo indeterminado, com sede e foro no Município de Ilhota, - SC.

A ADARB tem por finalidade:

- a) Prestar serviços assistenciais às vítimas e seus familiares da enchente e deslizamentos do Estado de Santa Catarina, especialmente na região dos Baús, neste município de Ilhota, de forma gratuita e permanente e sem discriminação dos beneficiados;
- b) Promover, gratuitamente, assessoria jurídica dos direitos das vítimas da enchente e deslizamentos;
- c) Indicar representantes para compor quadro de Conselhos de Políticas Públicas e Comunitárias, Órgãos de Defesa Civil, Fóruns, Conferências e outras organizações públicas ou privadas em que seja objeto de discussão e deliberação ou criação de normas inerentes às vitimas;
- d) Promover assistência material, a proteção e o amparo às crianças, adolescentes, adultos, idosos e familiares carentes das vítimas;

- e) Promover o enfrentamento da pobreza das áreas atingidas pela enchente e deslizamentos;
- f) Promover atividades de elevação do ser humano e seu desenvolvimento social;
- g) Promover cursos de capacitação e profissionalização das vítimas e familiares atingidos;
- h) Fiscalizar a implantação das políticas e a execução dos trabalhos de ajuda às vítimas, representando às autoridades as irregularidades ou abusos cometidos;
- i) Os trabalhos sempre serão desenvolvidos de modo desinteressado e visando à filantropia.

No desenvolvimento de suas atividades, a ADARB promoverá o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação, prestando serviços gratuitos

Considerando o devido atendimento à legislação vigente e a relevância dos serviços prestados pela "Associação dos Desabrigados Atingidos da Região dos Baús, de Ilhota, solicitamos aos Excelentíssimos Senhores Deputados a aprovação desta proposição, concedendo à entidade mencionada o título de Utilidade Pública Estadual.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 177/11

Declara de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO JUDAS TADEU, com sede no município de Brusque.

- Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a AÇÃO SOCIAL SÃO JUDAS TADEU, com sede no município de Brusque.
- Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.
- Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:
 - I relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II atestado de funcionamento atualizado, nos termos do inciso III do art. 2º da Lei 15.125/2010;
- III certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas: e
 - IV balancete contábil.
 - Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Sala das Sessões,

Deputado Padre Pedro Baldissera

Lido no Expediente

Sessão de 17/05/11

JUSTIFICATIVA

A Ação Social São Judas Tadeu é uma Associação Civil sem fins lucrativos dedicada ao atendimento de pessoas em condição de vulnerabilidade social, realizando doações de vestuário à população carente, além da realização de cursos de computação, dança e violão para a comunidade local como podemos observar através do relatório circunstanciado que acompanha o presente Projeto de Lei.

Pelo acima exposto, considerando os relevantes serviços desenvolvidos, nas atividades da referida entidade, que por não ter fins econômicos, necessita do amparo e da contrapartida do Poder Público para melhor desenvolver e aumentar a abrangência dos seus trabalhos.

Assim, submeto à consideração e apreciação de Vossas Excelências, esperando ao final o acolhimento e a aprovação da sua declaração de utilidade pública pelo presente Projeto de Lei.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI № 178/11

Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Bom Samaritano de Joaçaba, de Joacaba.

- Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Bom Samaritano de Joaçaba - ABBS, com sede no município de Joaçaba.
- Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente.
- Art. 3º A entidade declarada de utilidade pública deverá encaminhar, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho de cada ano, para o devido controle e identificação do cumprimento do disposto no art. 1º desta Lei, sob pena de suspensão do reconhecimento de utilidade pública, os seguintes documentos:

- I relatório anual de atividades do exercício anterior;
- II atestado de funcionamento atualizado;
- III certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e
 - IV balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

Deputado Ismael dos Santos

Lido no Expediente

Sessão de 18/05/11

IUSTIFICATIVA

A Associação Beneficente Bom Samaritano de Joacaba, que pretende ser reconhecida de utilidade pública estadual, é uma entidade sem fins lucrativos que tem por finalidade manter programas de atendimento às pessoas necessitadas, realizar estudos sobre os problemas sociais da comunidade, desenvolver trabalhos para recuperação de dependentes químicos, realizar eventos socioculturais e manter instituições que atendem crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos.

Para dar continuidade às ações dispostas em seu Estatuto, faz-se necessário que a entidade usufrua das vantagens legais inerentes à titulação requerida, por isso, submeto aos Senhores Deputados a presente proposta.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR № 017/11

ESTADO DE SANTA CATARINA GABINETE DO GOVERNADOR MENSAGEM Nº 108

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei complementar que "Altera a Lei Complementar nº 313, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências".

Devido à relevância e premência da matéria, solicito aos nobres senhores Deputados, amparado no art. 53 da Constituição do Estado, regime de urgência na tramitação do referido projeto de lei complementar nessa augusta Casa Legislativa.

Florianópolis, 17 de maio de 2011

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado em exercício

ESTADO DE SANTA CATARINA SECRETARIA DA FAZENDA GABINETE DO SECRETÁRIO

EM nº 91/2011 Excelentíssimo Senhor Florianópolis, 17 de maio de 2011.

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado em exercício

Florianópolis /SC

Senhor Governador,

Tenho a honra de submeter à consideração de Vossa Excelência a inclusa minuta de projeto de lei que altera dispositivos da Lei Complementar 313, de 22 de dezembro de 2005, que dispõe sobre as relações entre o Fisco e o contribuinte, ao passo que autoriza o Poder Executivo a tomar medidas de proteção à economia catarinense.

- alterações propostas referentes à referida Lei Complementar visam torná-la mais clara e operacional, além de compatibiliza-la com o ordenamento jurídico nacional.
- Neste sentido, está sendo proposta nova redação para o § 12 do art. 23, permitindo que, mediante prestação de garantia, seja fornecida certidão positiva de débito com efeito de negativa, no período entre a inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa e o ajuizamento da ação de execução fiscal. A redação atual do dispositivo conflita com o disposto no art. 206 do Código Tributário Nacional (CTN) que condiciona o fornecimento de certidão positiva com efeito de negativa a que o crédito tributário esteja em curso de cobrança executiva, com efetivação de penhora, ou com a exigibilidade suspensa na forma do art. 151 do mesmo Código. Por outro lado, a antecipação de garantia

do juízo é solução referendada pelo Superior Tribunal de Justiça, tendo como acórdão paradigma os Embargos de Divergência no Recurso Especial 779.121 SC.

- 4. A redação proposta para o art. 25 "caput" aumenta de cinco para quinze dias o prazo para que o contribuinte apresente sua defesa prévia. De notar que a defesa prévia foi uma das novidades introduzidas pela Lei Complementar 313/2005. Contudo, o prazo previsto de cinco dias revelou-se demasiadamente exíguo, razão porque poucos contribuintes fazem uso desse expediente que tem se revelado tão útil para abreviar esforços, tanto da Fazenda Pública corno dos contribuintes. A medida proposta justifica-se ainda pela possibilidade do contribuinte saldar o seu débito, com redução da multa aplicada, nos termos do art. 68-A da Lei 5.983, de 27 de novembro de 1981. A ampliação do prazo visa favorecer o adimplemento voluntário da obrigação tributária, mediante estímulo ao contribuinte de utilizar a faculdade mencionada.
- Foram ainda acrescidos os § 2º, 3º e 4º ao mesmo artigo. O § 2º prevê a dispensa da defesa prévia nos casos de débito apurado pelo próprio contribuinte ou daqueles relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores, e nas notificações emitidas em procedimento de fiscalização de mercadorias em trânsito em que caracterizado o flagrante, hipóteses justificadas por razões práticas, pois, nestas hipóteses a comprovação da infração se dá objetivamente nas informações e dados constante em banco de dados ou em documentos circunstanciados que instruem a notificação fiscal. Entretanto, registra-se que sempre restará garantido o contraditório e a ampla defesa através de processo fiscal regular. O § 32 tem fim meramente didático, esclarecendo que, na hipótese, está descaracterizada a denúncia espontânea, nos termos do art. 138, parágrafo único do CTN. Finalmente, o § 42 suspende o prazo de conclusão de fiscalização enquanto durar a defesa prévia. A medida justifica-se para não prejudicar o procedimento administrativo de lançamento, enquanto a iniciativa de apresentar a defesa prévia estiver com o contribuinte.
- 6. A redação proposta para o § 22 do art. 32 permite que as respostas às consultas sobre a interpretação e aplicação da legislação tributária, formuladas pelos contribuintes, sejam divulgadas na página eletrônica da Secretaria da Fazenda. A medida vem ao encontro da modernidade, adotando-se meio mais ágil e cômodo de divulgação, com todos os recursos de busca propiciados pela mídia eletrônica. As respostas da consultoria tributária constituem valioso acervo de pesquisa à disposição dos contribuintes e dos operadores do direito tributário em geral.
- 7. Por sua vez, a redação proposta para o art. 45 amplia de trinta para noventa dias o prazo para inscrição do crédito tributário em Dívida Ativa. A medida justifica-se para viabilizar a cobrança amigável do crédito tributário, inclusive permitindo a implementação de novas técnicas de cobrança, de acordo com o programa de qualidade adotado pela Secretaria de Estado da Fazenda. Com isso, evita-se o processo desgastante e o neroso da execução forcada.
- 8. Propõe-se ainda a revogação dos arts. 22 e 44; do § 2² do art. 23 e do inciso 1 do art. 49. O art. 22 prevê ressarcimento de despesas ao contribuinte, no caso de decisão judicial considerar o crédito tributário constituído de ofício improcedente. Em primeiro lugar, trata-se de matéria de direito processual, cuja competência é privativa da União (CF, art. 22, 1). Em segundo lugar, a medida é redundante, pois, para essa finalidade já existe a sucumbência.
- 9. O art. 44 dispõe que o processo de execução fiscal fosse ajuizado somente contra quem figurasse expressamente na certidão de dívida ativa. Mais uma vez a LC 313 invadiu a competência privativa da União, legislando sobre matéria processual (CF, art. 22, 1). Além disso, contraria o disposto na Lei 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), art. 2, § 8, e art. 4.
- 10. 0 § 2º do art. 23 exclui o lançamento de multa de oficio na constituição do crédito tributário destinado a prevenir a decadência, cuja exigibilidade estiver suspensa na forma do inciso V do art. 151 do CTN, ou seja, na concessão de medida liminar ou tutela antecipada. A hipótese claramente refere-se a medida liminar proibindo o Fisco de exercer seu dever de oficio que, conforme dispõe o parágrafo único do art. 142, é "vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional". A exclusão da multa implica tratamento desigual em relação ao contribuinte que não obteve liminar ou tutela antecipada.
- 11 O inciso 1 do art. 49, por fim, inclui um membro do Ministério Público na Câmara de Ética Tributária instituída pela mesma LC 313. A sua revogação foi solicitada pelo Ministério Público do Estado de Santa Catarina, mediante Ofício 70/07 CECCON.
- 12 O pedido foi analisado pelo Parecer 109/2007 da Gerência de Tributação da Diretoria de Administração Tributária desta Secretaria de Estado:

- "A Constituição Federal, promulgada em 1988, cometeu ao Ministério Público (art. 127) a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis. O órgão, desta forma, passou a desempenhar papel fundamental na realização do bem comum, entendido como a garantia do desenvolvimento pleno da pessoa humana e da integração social".
- "Com razão, o Ministério Público tem sido chamado, desde a promulgação do novo Estatuto Político *de fiscal da lei* e de *quarto poder* da República".
- "Nesse contexto, afigura-se impertinente a inclusão de membros do Ministério Público em órgãos estranhos às suas funções institucionais e sem ao menos ouvir o seu titular. Com razão, não deve se prestar o Ministério Público a emprestar respeitabilidade a quaisquer órgãos ... sob pena de comprometer as elevadas funções a ele destinadas pela Constituição da República".
- Por derradeiro, o art. 2º do projeto autoriza o Chefe do Poder Executivo a conceder tratamento diferenciado, relativo ao ICMS, a empreendimentos instalados ou que venham a se instalar em território catarinense, de forma a compensar os efeitos de beneficio tributário ou financeiro concedido por outra Unidade da Federação, sem a devida autorização da Confaz. A medida proposta complementa o art. 43 da Lei 10.297/96, como importante instrumento de defesa da economia catarinense.

Respeitosamente,

Ubiratan Simões Rezende Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº PLC/0017.5/2011

Altera a Lei Complementar nº 313, de 22 de dezembro de 2005, que institui o Código de Direitos e Deveres do Contribuinte do Estado de Santa Catarina e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, em exercício.

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A Lei Complementar nº 313, de 22 de dezembro 2005, passa a vigorar com as seguintes alterações que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

"Art. 23.

.....

.....

 \S 1º Será fornecida certidão positiva com efeito de negativa ao contribuinte que, antes do ajuizamento da execução fiscal, apresentar garantia na forma prevista em regulamento.

Art. 25. A notificação do lançamento ao contribuinte deverá ser precedida de intimação para que o contribuinte apresente sua defesa prévia no prazo de 15 (quinze) dias.

- $\S~2^{\rm o}$ A intimação para apresentação de defesa prévia fica dispensada nos lançamentos relativos:
- I a imposto apurado pelo próprio sujeito passivo e não recolhido;
- II ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores IPVA não recolhido; e
- III às infrações constatadas no trânsito de mercadorias quando ficar caracterizado o flagrante e a lavratura do ato fiscal não depender de qualquer outra verificação ou diligência.
- § 3° O cumprimento da obrigação tributária após o ciente da intimação para defesa prévia não afasta a exigibilidade da multa cabível.
- § 4º Durante o transcurso do prazo previsto no *caput fica* suspensa a contagem do prazo para conclusão da fiscalização.

Art. 32.	

§ 2º As respostas às consultas serão publicadas na íntegra no jornal oficial, em periódico de grande circulação ou na página eletrônica da Secretaria de Estado da Fazenda.

Art. 45. O crédito tributário será inscrito em dívida ativa no prazo de até 90 (noventa) dias, contados de sua constituição definitiva, sob pena de responsabilidade funcional." (NR)

- Art. 2º Com vistas a garantir a competitividade de empreendimento instalado ou que vier a se instalar em território catarinense, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder tratamento tributário diferenciado relativo ao ICMS, de forma a compensar os efeitos de beneficio tributário ou financeiro concedido ou prometido por outra unidade da Federação, com inobservância de lei complementar federal que disponha sobre a matéria.
- $\S\ 1^{o}$ O beneficio não poderá ser concedido a empresa em débito com a Fazenda Pública Estadual.
- § $2^{\rm e}$ Tratando-se de empreendimento de relevante interesse para a economia do Estado, a concessão do tratamento poderá levar em consideração benefícios concedidos por outra unidade da Federação a setor industrial diverso daquele do beneficiário.
- Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.
- Art. 4° Ficam revogados o art. 22, o § 2° do art. 23, o art. 44 e o inciso I do art. 49 da Lei Complementar n° 313, de 22 de dezembro de 2005.

Florianópolis

EDUARDO PINHO MOREIRA

Governador do Estado em exercício

*** X X X ***

REQUERIMENTO

REQUERIMENTO Nº 012/11

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

REQUERIMENTO ROS/0574.1/2011

O Deputado que este subscreve, nos termos do art. 40 e parágrafos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, **REQUER** a constituição de Fórum Parlamentar Permanente em defesa da Rodovia Interpraias.

A SC-100 é um dos trechos integrantes de um projeto muito antigo do Governo do Estado: a efetivação da chamada rodovia Interpraias.

O empreendimento visa interligar o litoral sul catarinense por uma rodovia turística, entre o município de Laguna e Passo de Torres, na divisa com o Rio Grande do Sul. O projeto compreende 138,9 quilômetros divididos em cinco trechos. O primeiro a ficar pronto foi o de número quatro: a estrada do Camacho, cuja inauguração ocorreu em outubro de 2009.

A Rodovia Interpraias formará o eixo longitudinal do litoral sul, ao ligar, entre si, todas as praias da costa litorânea, integrar os municípios respectivos, formando um grande e aprazível corredor turístico e de lazer. Esta será sua primeira função. Terá, também, o papel de eixo de desenvolvimento da região litorânea, ao facilitar o escoamento da produção agrícola e pesqueira das pequenas comunidades do litoral sul.

Esta rodovia prestar-se-á como alternativa rodoviária para o tráfego leve de carros de passeio, que deixarão o estresse da BR-101, povoada de pesados caminhões, para apreciar e curtir a paisagem e contemplar a natureza de nossa costa atlântica. Vai, ainda, viabilizar a ampliação das opções turísticas do Estado, atrair investimentos privados e justificar as reivindicações junto aos poderes públicos para projetos de desenvolvimento do litoral sul.

Dessa forma, a instalação do Fórum Parlamentar Permanente visa o acompanhamento em defesa desta importante rodovia.

O atendimento a essa reivindicação, se reveste da maior relevância e seus benefícios serão imediatos.

Sala das Sessões, em

Deputado Manoel Mota

Deputado Jean Kuhlmann

Deputado Carlos Chiodini

Deputado Edison Andrino

Deputada Dirce Heiderscheidt

Deputado Aldo Schneider

Deputado Mauro de Nadal

Deputado Romildo Titon

APROVADO EM SESSÃO DE 17/05/11

*** X X X ***

RESOLUÇÃO

RESOLUÇÃO № 004, de 18 de maio de 2011

Aprova a apresentação de Proposta de Emenda à Constituição Federal.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da prerrogativa outorgada pelo art. 184, inciso VI, alínea "f" do Regimento Interno,

RESOLVE

Art. 1º Fica aprovada a apresentação, ao Senado Federal, das Propostas de Emendas Constitucionais constantes dos Anexos I a IV desta Resolução, nos termos e para os fins do disposto no inciso III do art. 60 da Constituição Federal.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em Florianópolis, 18 de maio de 2011 Deputado Gelson Merisio

Presidente

ANEXO I

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera os arts. 22, 24, 61 e 220 da Constituição Federal e adota outras providências.

Art. 1º O inciso I, do art. 22 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22

I - direito civil, comercial, penal, eleitoral, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho;"

Art. $2^{\rm e}$ O art. $2^{\rm d}$ da Constituição Federal passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 24.

.....

.....

XI - direito processual;

XII - previdência social, assistência social e proteção e defesa da saúde;

XVII - licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais, obedecido o disposto no art. 37, inciso XXI, e para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1° , inciso III;

XVIII - propaganda comercial;

XIX - trânsito e transporte;

XX - direito agrário.

- $\S\ 2^{o}$ As normas gerais versam sobre princípios, diretrizes e institutos jurídicos.
- § 3º Compete aos Estados e ao Distrito Federal suplementar as normas gerais no que for de predominante interesse regional.
- \S 4^{ϱ} Inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados e o Distrito Federal exercerão a competência legislativa plena, para atender as suas peculiaridades.
- $\S~5^{\rm o}$ A superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual ou distrital, no que lhe for contrário."

Art. 3º Fica acrescentado ao art. 61 o seguinte § 2º passando o seu § 2º a vigorar como § 3º:

"Art. 61

§ 2º Mediante proposta da maioria dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional, poderá ser apresentado projeto de lei que verse sobre matéria de iniciativa privativa do Presidente da República, exceto quanto a criação e extinção de Ministérios e órgãos da Administração Pública e quanto às matérias previstas no art. 165."

Art. 4º 0 § 3º do art. 220 da Constituição da República passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 220

§ 3º Compete à lei:

I - regular as diversões e espetáculos públicos, cabendo ao Poder Público informar sobre a natureza deles, as faixas etárias a que não se recomendem, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada;

II - estabelecer os meios legais que garantam à pessoa e à família a possibilidade de se defenderem de programas ou programações de rádio e televisão que contrariem o disposto no art. 221, bem como da propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde e ao meio ambiente."

Art. $5^{\rm o}$ Ficam revogados os incisos XI, XXIV, XXVII e XXIX do art. 22 da Constituição Federal.

Art. $6^{\rm e}$ Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de proposta do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

No concerto entre os entes federativos, verifica-se a premente necessidade de ampliação do campo de atuação institucional dos Estados, os quais se vêm como que "comprimidos" entre a União e os Municípios. Pela nossa sistemática constitucional de repartição de competências, aos Estados compete legislar sobre tudo quanto não lhes for expressamente vedado pela Lei Maior, enquadrando-se nessa interdição constitucional as matérias expressamente cometidas à União, bem como os assuntos de interesse local, a cargo dos Municípios.

O inciso XI do art. 24 da Constituição da República já estabelece como competência concorrente os procedimentos em **matéria processual**, cabendo à União, pois, fixar apenas normas gerais. Não obstante, deve-se reconhecer a dificuldade de distinguir as normas processuais daquelas que disciplinam os procedimentos. Assim, nada mais acertado que deixar o direito processual dentro da competência concorrente, de forma que a União estabeleça as normas gerais, permitindo aos Estados suplementar a legislação federal. Esta alteração permitirá aos Estados adotar medidas que ofereçam celeridade à prestação dos serviços jurisdicionais, que apresentam peculiaridades de caráter regional.

O inciso XVII do art. 22 da Constituição da República reportase a **direito agrário**, matéria que se desenvolve por inteiro em território estadual, ficando cada um dos Estados, que, por isso mesmo, têm melhores condições de regrá-los em suas peculiaridades, limitado a fazê-lo segundo normas gerais fixadas pela União.

Objetiva-se ainda, com a proposta ora apresentada, proceder a alterações no texto constitucional, reduzindo-se o âmbito de competência privativa da União, de que trata o art. 22, e, paralelamente, ampliando-se a competência estadual na via da legislação concorrente. Assim, propõe-se a revogação dos incisos XI e XXIX do art. 22, que se referem a **trânsito e transporte e a propaganda comercial**. Não há razão plausível a justificar que tais assuntos sejam disciplinados privativamente pela União, sobretudo se consideradas as disparidades regionais, de modo que se preconiza a possibilidade de os Estados tratarem dessas matérias na via da legislação concorrente, o que seria viabilizado mediante a alteração proposta. Ao deslocar a propaganda comercial para a competência concorrente, torna-se necessário ajustar a redação do art. 220 da Constituição da República.

Outrossim, propomos a revogação dos incisos XXIV e XXVII do art. 22 da Constituição Federal. Nesse passo, trata-se de afastar impropriedade técnica constante do texto constitucional. Com efeito, segundo o inciso XXIV, compete privativamente à União legislar sobre as **diretrizes e bases da educação** nacional. Ora, diretrizes e bases da educação nacional enquadram-se, a toda evidência, no conceito de normas gerais, e já está consignado no art. 24, inciso IX, que compete à União estabelecer normas gerais sobre educação, cultura, ensino e desporto, o que evidencia a ociosidade do referido inciso XXIV.

A mesma orientação técnica recomenda a supressão do inciso XXVII do art. 22, o qual estabelece como competência

privativa da União estabelecer "normas gerais de **licitação e contratação**, em todas as modalidades, para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, obedecido o disposto no art. 37, inciso XXI, e, para as empresas públicas e sociedades de economia mista, nos termos do art. 173, § 1º, inciso III". Ora, alcança-se o mesmo efeito prático incluindo a matéria relativa a licitação entre aquelas de competência concorrente.

São também propostas alterações incidentes sobre os parágrafos do art. 24, de modo a afastar pequenas impropriedades técnicas, bem como fazer inserir o § $2^{\rm e}$, que busca dar contornos mais nítidos ao que sejam normas gerais. Tal alteração se impõe diante de recorrentes injunções indevidas da União no domínio legiferante dos Estados, a pretexto de estabelecer normas gerais. Cumpre deixar bem vincado o que vem a ser normas gerais, de modo a impedir tais abusos legislativos.

A par do rearranjo da sistemática de competências legislativas ora proposto, cabe também alterar a disciplina normativa que versa sobre iniciativa legislativa, com vistas a reforçar as prerrogativas do Legislativo, sobretudo diante de situações em que há a formação de uma consistente base consensual em torno da regência legal de determinada matéria, esbarrando, contudo, a ação parlamentar na barreira intransponível da reserva de iniciativa do Poder Executivo.

Com efeito, o art. 61, § 1º, da Constituição Federal traz o elenco das matérias sob reserva de iniciativa do Chefe do Poder Executivo. Longe de se por em dúvida a relevância da atividade desenvolvida no âmbito desse Poder, é preciso, de outra parte, conferir aos representantes do povo capacidade de influir mais decisivamente no processo político. Não se trata de antagonizar os Poderes, mas de fomentar o debate e a cooperação entre eles.

Assim, propõe-se que, mesmo em se tratando de matérias reservadas à iniciativa do Poder Executivo, haja a possibilidade de flexibilização dessa regra de iniciativa, desde que o projeto seja apresentado pela maioria dos membros do Poder Legislativo. Apenas ficam ressalvadas as matérias de natureza orçamentária e de organização interna do Poder Executivo. Resta preservada a iniciativa privativa e absoluta do Chefe do Poder Executivo para apresentar projeto de lei referente às leis relacionadas no art. 165 da Constituição da República e para disciplinar sua organização interna.

Ao mudar as regras atinentes à reserva de iniciativa no plano federal, abre-se espaço para que as Constituições Estaduais promovam as devidas mudanças para se adaptarem à Lei Maior.

ANEXO II

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o disposto no art. 198 da Constituição Federal e o § 4º do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias

Art. 1º 0 art. 198 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 198	
§ 3º	

.....

I - o percentual de recursos que a União aplicará, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde;

§ 7º Leis complementares dos Estados e do Distrito Federal, que serão reavaliadas pelo menos a cada cinco anos, definirão, com base no disposto no § 2º, os percentuais que Estados, Municípios e Distrito Federal aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano regional e local e ao conjunto das demandas sociais."

Art. 2° O § 4° do art. 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 77

§ 4° Na ausência das leis complementares a que se referem os §§ 3° e 7° do art. 198, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-á à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios o disposto neste artigo."

Art. $3^{\rm o}$ Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

A alteração proposta incide sobre o art. 198, § 3º, inciso l. Trata-se de disposição constitucional segundo a qual compete à União editar lei complementar que estabelecerá, entre outros, os percentuais que indicarão os recursos mínimos a serem aplicados anualmente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios em ações e serviços públicos de saúde.

Objetiva-se, com a proposta ora apresentada, alargar o domínio de atuação institucional dos Estados. Não se afigura razoável que, em uma autêntica Federação, os Estados não possam sequer estabelecer normativamente os percentuais mínimos a serem aplicados em serviços públicos de saúde, sobretudo se considerarmos as enormes disparidades regionais próprias de um País de dimensões continentais como o nosso.

Assim, propõe-se que os Estados possam editar lei complementar que definirá, com base no disposto no § 2° do art. 198 da Constituição Federal, os percentuais que aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde, com fundamento em critérios relativos ao Índice de Desenvolvimento Humano regional e ao conjunto das demandas sociais, o que é formalizado mediante o acréscimo de parágrafo ao referido artigo.

Importa dizer que, quanto a essa matéria, a Constituição contém disposições tanto no seu corpo permanente, mais precisamente no referido art. 198 e seus desdobramentos, quanto na parte transitória, mais precisamente em seu art. 77. 0 § $4^{\rm g}$ desse dispositivo estabelece que, na ausência da lei complementar a que se refere o art. 198, § $3^{\rm g}$, a partir do exercício financeiro de 2005, aplicar-se-ão à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios os percentuais constantes do art. 77. Como a proposta ora apresentada prevê a edição de leis complementares no âmbito dos Estados, além da lei complementar da União, impõe-se alterar também o referido § $4^{\rm g}$.

ANEXO III

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Acrescenta parágrafo único ao art. 26 da Constituição Federal e adota outras providências.

Art. 1º Acrescenta parágrafo único ao art. 26 da Constituição Federal, com a seguinte redação:

"Art. 26.....

Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo aplicase aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais em Estado, desde a data da transformação."

Art. 2º O Poder Executivo Federal, no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta Emenda Constitucional, providenciará, caso ainda não o tenha feito, a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou dos bens de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no art. 20.

Art. $3^{\rm e}$ Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembeias Legislativas.

Afigura-se necessário que melhor se defina o conjunto dos bens pertencentes aos Estados que, anteriormente ao seu surgimento, constituíam território federal.

A Constituição da República de 1988 não fixou regras a esse respeito. Limitou-se a dizer, no § 1º do art. 18, que podem ser criados Estados a partir da transformação de territórios. No art. 26 apenas estabeleceu os bens pertencentes aos Estados.

Quando da transformação de territórios em Estados, é possível que parte dos bens pertencentes à autarquia ou, embora pertencentes à União, situados no território objeto de transformação, e que não se encontrem relacionados no citado art. 26, tenham permanecido sob domínio federal. É possível, em termos práticos, que tais bens não tenham sido transferidos pela União para o novo Estado. Todavia, seria justo e razoável que tal transferência se operasse, não só como forma de reforçar a autonomia político-administrativa da unidade federada, mas também para que a nova entidade conte com estrutura patrimonial suficiente para exercer suas atribuições constitucionais.

Em razão disso, estamos propondo duas regras. A primeira insere parágrafo único ao art. 26, de modo a deixar claro que o conteúdo de tal dispositivo se aplica aos Estados constituídos a partir da transformação de territórios federais, desde a data da transformação.

A segunda regra, que tem caráter transitório, dispõe que o Poder Executivo federal, no prazo de noventa dias contados da data da publicação desta Emenda à Constituição, providenciará a transferência, para o patrimônio do Estado constituído a partir da transformação de território federal, dos bens pertencentes ao território que lhe deu origem ou de propriedade da União nele situados, respeitado o disposto no art. 20, caso ainda não tenha sido implementada a medida.

ANEXO IV

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Altera o art. 132 da Constituição Federal.

Art. 1^{9} O art. 132 da Constituição Federal, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 132. Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.

§ 1º A representação judicial e a consultoria jurídica das Assembleias Legislativas poderão ser exercidas por sua Procuradoria-Geral ou Advocacia-Geral, a quem caberá também a representação do Estado em processo judicial que verse sobre o ato praticado pelo Poder Legislativo ou por sua administração, observado o disposto no *caput* deste artigo quanto à carreira e à forma de ingresso dos respectivos servidores.

§ 2º Aos Procuradores referidos no *caput* e no § 1º deste artigo é assegurada estabilidade após três anos de efetivo exercício, mediante avaliação de desempenho perante os órgãos próprios, após relatório circunstanciado das Corregedorias."

Art. $2^{\rm e}$ Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões,

JUSTIFICATIVA

Assinada por mais de metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, conforme exigido no inciso III do art. 60 da Constituição, esta Proposta de Emenda Constitucional resulta de iniciativa do Colegiado dos Presidentes das Assembleias Legislativas.

O acréscimo do § 2º ao art. 132 da Constituição da República, de modo a deixar claro que os Poderes Legislativos estaduais podem ter Procuradoria e Consultoria Jurídica próprias, é medida que tem plena sustentação jurídica em vista da autonomia administrativa, financeira, orçamentária e funcional assegurada ao Poder Legislativo. No contexto de sistemas jurídicos democráticos não deve haver assimetria entre os Poderes. A existência de órgão jurídico próprio fortalece a autonomia do Poder Legislativo.

De outra parte, embora os Poderes devam conviver em harmonia, nem por isso deixam de muitas vezes encampar a defesa de teses jurídicas distintas. Esse embate de ideias favorece a densificação dos valores democráticos. Não deve predominar a opinião jurídica emanada de órgãos diretamente subordinados à Chefia do Poder Executivo.

Não se afigura necessário, diversamente do que ocorre com a Advocacia da União, exigir lei complementar para a organização dos órgãos jurídicos estaduais. Basta considerar que a Constituição da República, no referido art. 132, não impõe que as Procuradorias do Poder Executivo estadual sejam organizadas por meio de lei complementar. Em respeito à autonomia política dos Estados, deve-se deixar por conta das respectivas Constituições Estaduais a definição da espécie normativa adequada, lei ordinária ou lei complementar.

*** X X X ***